

MAIORIA



FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1983

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - Nº 2

PREFEITURAS SAQUEADAS



Caixa dois em Criciúma.
 Notas frias em Brusque.
 Déficit em Ibirama.

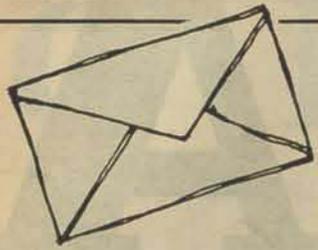
Isto é só uma amostra do que fez o PDS. Há coisa pior, na página 3.

QUEM GANHA

CRISE

QUEM PERDE

O FMI exige, o governo obedece.
 O assalariado paga, os bancos lucram.
 Página Sete.



O leitor G. Mattos, de Blumenau, não quer que **Lutas de Maioria** "enverede pelo caminho frouxo da crítica sistemática". Conforme carta que recebemos. Afirma também que quem critica "quando se dá o reverso da posição não consegue fazer melhor", numa alusão às críticas que fizemos ao Governo, na primeira edição. Esclarecemos que jornal não é governo. Adiante ele diz ainda que "minha vovó costumava sentenciar que cada povo tem o governo que merece. Se o povo fosse mais esperto não cairia tão fácil em situações maquiaveliticamente criadas por hábeis circunlóquios".

Mattos não fica nisto, quer acabar com loteca, loto, "nenhum país pode sobreviver às causas de receitas fora da produção". Quer também que as contas hospitalares da Previdência Social sejam visadas pelos pacientes, para evitar os lançamentos fraudulentos. Para ele, a PETROBRAS deve ser transformada em órgão de utilidade pública, sem visar lucros. Educação? Tabela para evitar exploração regionais. Sua última crítica é contra "uma palestra proferida, há dias, em Florianópolis, por um atrofiado embrião bolchevique e assistida por milhares de jovens". De quem será que ele fala?

Recebemos cartas também de Daniel Mandel (de Camboriú, quer receber sempre o jornal), Nestor Agostini (Rio dos Cedros, "continuam esclarecendo o povo das barbaridades cometidas pelo governo"), Mácio José Peixe (de Florianópolis, quer 50 jornais para distribuir), Aloísio Nering (Joaçaba, "os catarinenses são governados por incompetentes") e de Luiz Gonzaga Simon, (de Jacinto Machado). Acabo de receber outra carta: é de Luciano Gava, (de Camboriú), que também quer o jornal. Terá.

MAIORIA

IMPLOÇÃO DA MENTIRA

Mentiram-me. Mentiram-me ontem e hoje mentem novamente. Mentem de corpo e alma, completamente. E mentem de maneira tão pungente que acho que mentem sinceramente.

Mentem, sobretudo, impune/mente. Não mentem tristes. Alegremememem. Mentem tão nacional/mente que acham que mentindo história afora vão enganar a morte eterna/mente.

Mentem. Mentem e calam. Mas suas frases falam. E desfilam de tal modo nuas que mesmo um cego pode ver a verdade em trapos pelas ruas.

Sei que a verdade é difícil e para alguns é cara e escura. Mas não se chega à verdade pela mentira, nem à democracia pela ditadura.

Evidentemente, a crer nos que mentem uma flor nasceu em Hiroshima e em Auschwitz havia um circo permanente.

Mentem, mentem caricaturalmente:

Mentem como a careca mente ao pente, mentem como a dentadura mente ao dente, mentem como a carroça à besta em frente, mentem como a doença ao doente mentem clara/mente como o espelho transparente.

Mentem deslavada/mente, como nenhuma lavadeira mente ao ver a nódoa sobre o linho, mentem com a cara limpa e nas mãos o sangue quente, mentem ardente/mente como o caçador que quer passar gato por lebre. E nessa trilha de mentira a caça é que caça o caçador com a armadilha.

E assim cada qual mente industrial?mente. Mente partidária?mente. Mente Incivil?mente. Mente tropical?mente.

Mente hereditária?mente. Mente. Mente. Mente.

E de tanto mentir tão bravamente, constroem um país de mentira ... diariamente

Mentem no passado. E no presente passam a mentira a limpo. E no futuro mentem novamente.

Mentem fazendo o sol girar em torno à terra medievalmente. Por isto, desta vez não é Galileu quem mente, mas o tribunal que o julga herege/mente.

Mentem desde Cabral, em calmaria, viajando pelo avesso, iludindo a corrente em curso, transformando a história do país num acidente de percurso.

Tanta mentira assim industriada me faz partir para o deserto penitente/mente, ou me exilar como Mozart musical/mente em harpas e oboés, como um solista vegetal que sorve a vida indiferente. Penso nos animais que nunca mentem, mesmo se têm um caçador à sua frente. Penso nos pássaros cuja verdade do canto nos toca matinalmente. Penso nas flores cuja verdade das cores escorre do mel silvestremente.

Penso no sol que morre diária-mente jorrando luz, embora tenha a noite pela frente.

Página branca onde escrevo. Único espaço de verdade que me resta. Onde transcrevo o roubo, a esperança, e onde tarde ou cedo deposito meu espanto e medo. Para tanta mentira só mesmo um poema explosivo-conotativo, onde o advérbio e o adjetivo não mentem ao substantivo e a rima rebenta a frase numa explosão da verdade. E a mentira repulsiva se não explode pra fora pra dentro explode implorativa.

Afonso Romano de Sant'Anna.

expediente



Lutas da Maioria ainda não sofre censura. Continua sendo editado por jornalistas independentes de Santa Catarina, que não recebem salário ou ajuda financeira de qualquer entidade ou pessoa. Anúncios não. Tiragem de 50 mil exemplares, circulação dirigida, quem quiser pede e ganha. O Senador Jaison Barreto paga o custo industrial com sua cota anual de publicações no Centro Gráfico do Senado Federal, oferecendo o veículo a todas as categorias marginalizadas e sem voz do Estado.

É mensal, sai sempre no dia 1º. Desta edição participam Jorge Massarolo, Adelmo Genro Filho, Carlos Müller, Luiz Lanzetta, César Valente, Eliana Arndt, Isabela Barbosa, Paulo Prado, Celso Vicenzi, Clóvis Medeiros, Sérgio Bonson, Edgar Vasques, Orlando Tabosi, Tabajara Ruas, Vana Goulart, Meiri Coleti e Nelson Wedekin. Impressão, CEGRAF, Brasília. Editor R. Oliveira. Caixa Postal 1.295, Florianópolis. Até agosto.

PMDB, Um Partido em Marcha Lenta

Com nove governadores, 20 senadores, 200 deputados federais e organizado em mais de 3 mil e 500 prefeituras, o PMDB é hoje uma grande força social — onde seus próprios parlamentares e militantes criticam a inércia da direção, principalmente a nível nacional. Dentro dele, diferentes tendências buscam a hegemonia. O essencial, no momento, é saber até onde o conjunto de suas forças pode ir, ou que limites o impedem de avançar no rumo das lutas democráticas e populares, de-

finição que passa pela hegemonia de propostas e não de nomes.

O que se passa dentro dele é relevante no debate da conjuntura e seguramente influirá no destino do País. Sobre as críticas de fora, sempre é bom lembrar que todo movimento social organizado vive um momento de refluxo, caracterizado, em suas manifestações mais aparentes, pelo baixo nível de organização. Exemplo claro são as pequenas explosões sociais de São Paulo e Rio de Janeiro, sem

lideranças, típicas das massas em desespero.

O PMDB é reflexo da perplexidade geral diante da crise sem precedentes. É verdadeiro que está imobilizado, salvo pequenas exceções. As responsabilidades do PMDB no quadro atual são maiores do que as do conjunto dos movimentos sociais. Isto impõe um amplo debate sobre seu papel — e dentro dele coloca a questão hegemonia. Sua característica de frente, reforçada com a incorporação do PP, dificulta a tomada de

posições mais claras e a adoção de postura mais definida diante da conjuntura. Qualquer passo esbarra na heterogeneidade de seus componentes.

A situação fica mais complicada quando não se explicita que forças são hegemônicas em seu interior. É a facção moderada ou autêntica? São os conservadores ou progressistas? São os que acreditam na mobilização popular ou nos ajustes de cúpulas? Esta definição poderá decidir com clareza outra dúvi-

da que paralisa o partido: confronto? Oposição sistemática? Entendimento? Acordo?

O partido pode encampar a luta pela reforma agrária? A proposta de romper com as condições imposta pelo FMI? A moratória? A estatização de setores da economia? Enfim, clarificada a hegemonia, o partido poderá atuar num sentido e direção com mais objetividade, saindo da ambigüidade e perplexidade atuais. Assumirá a iniciativa e, seguramente, proporrá melhores soluções à sociedade brasileira. Nelson Wedekin.

SAQUE ÀS PREFEITURAS

Devassa em Ibirama, Brusque e Criciúma revela fraude nas administrações do PDS

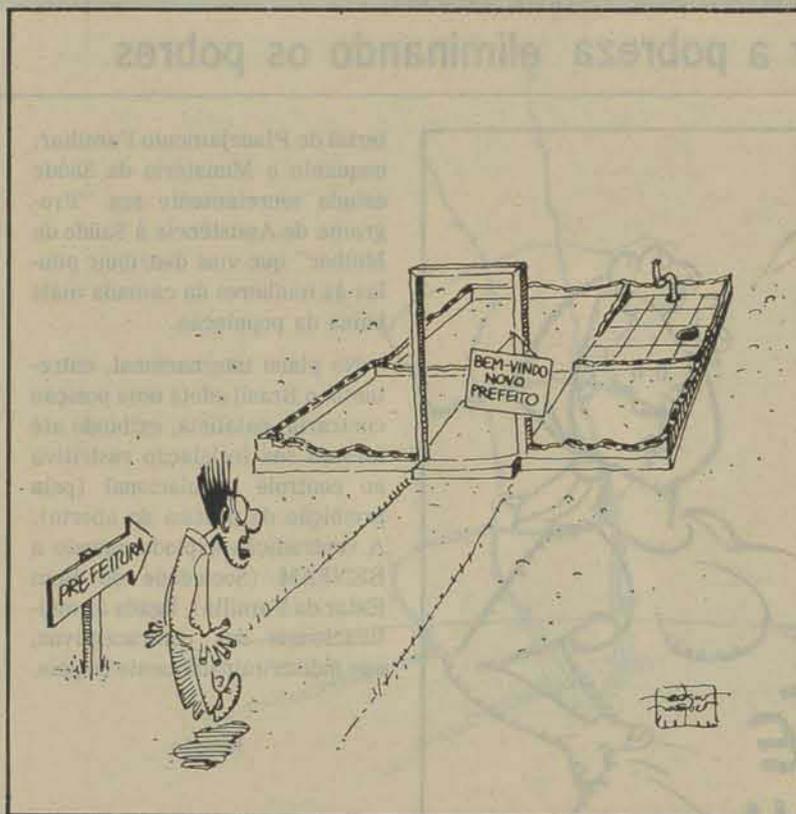
As contas da administração do ex-prefeito de Brusque, Alexandre Merico (PDS), alimentam as mais absurdas cenas imaginárias. Uma delas: um caminhão movido a óleo diesel encheu o tanque com 15 mil litros de gasolina, volume suficiente para 300 carros.

Isto terá acontecido se for verdadeira a nota fiscal apresentada na prestação de contas, sob número 26.996, datada de 21 de setembro do ano passado. É difícil explicar este gigantesco consumo. Mas há um recorde: 420 litros de gasolina foram colocados no veículo CM-1402, carro que não existe na frota da prefeitura.

Estas são apenas duas das muitas irregularidades flagradas pela comissão especial de tomada de contas criada pelo prefeito Celso Bonatelli (PMDB). E os abusos não se limitaram somente ao abastecimento de veículos (24 mil litros de gasolina para uma frota movida a diesel). Sumiram também dois gravadores, três ventiladores, dois fogões, enceradeira, motor elétrico, transformador, congelador, estetoscópio e até mesmo um revólver Taurus.

Dinheiro Sumiu

Se ninguém viu os hoje conhecidos "objetos fantasmas" da Prefeitura de



Brusque, poucos sabem onde foram parar os 46 milhões de cruzeiros enviados pelo Governo do Estado, através do Gaplan, em quatro parcelas, entre 20 de setembro a 4 de novembro. Certamente alguns candidatos do PDS podem dar informações.

Na época, ano passado, foi informado que o dinheiro seria destinado a obras e serviços que beneficiariam a comunidade brusquense. No entanto, segundo relatório da Comissão Especial, foram encontrados nas fichas de controle da contabilidade, em vez do número respectivo do empenho, anotações a lápis indicando nomes de candidatos do PDS às eleições de 15 de novembro passado.

Outra lamentável curiosidade apontada pela Comissão é que a Prefeitura emitiu recibos das duas últimas parcelas nos dias 3 e 4 de novembro, enquanto que o Gaplan registrou a saída deste dinheiro somente no dia 17 de dezembro de 82. Contabilidade em ritmo eleitoral do PDS funciona assim.

Se o dinheiro público foi escandalosamente desviado, as tão propagadas obras em benefício da comunidade da administração Merico foram, algumas, em propriedades particulares no

valor de mais de 1,5 milhão de cruzeiros. Também foram gastos mais de dois milhões em tubos de cimentos em obras inexistentes e falsificadas folhas de pagamento, através da duplicidade de cheques, dos funcionários municipais. Foram descobertas também 57 licitações ilegalmente assinadas em branco por 15 empresas.

O assalto aos cofres públicos não parou por aí. Alexandre Merico, quando transmitiu o cargo a Celso Bonatelli, apresentou uma assustadora dívida de 231 milhões de cruzeiros. Mais uma vez a aritmética mágica do ex-prefeito apresentava uma estranha subtração. Na verdade a dívida do município, contraída por ele, foi de 368 milhões de cruzeiros. Uma "pequena" diferença de 137 milhões.

As irregularidades encontradas pela Comissão Especial estão contidas num esclarecimento apresentado à população de Brusque no mês passado pelo prefeito Bonatelli. E o relatório está tramitando no Tribunal de Contas onde, espera Bonatelli, "o patrimônio público seja preservado e os setores competentes tomem todas as medidas para punir os responsáveis. Dinheiro público é para ser usado em obras públicas".

NO CAIXA DOIS

Altair Guidi recebeu Cr\$ 12 milhões por fora do caixa da Prefeitura

Em 29 de outubro do ano passado o então prefeito de Criciúma, Altair Guidi (PDS), recebeu Cr\$ 12 milhões de cruzeiros de uma das empresas do município, mas não deu entrada da importância no caixa da prefeitura. O fato só foi descoberto no mês passado, numa auditoria promovida pelo atual prefeito, José Augusto Hulse (PMDB), que levantou dezenas de irregularidades praticadas na administração anterior.

Hulse exige que Guidi reponha a importância antes mesmo que o Tribunal de Contas do Estado ordene (o processo foi encaminhado ao órgão pela Comissão de auditoria). Os fatos são de domínio público. Foram divulgados na grande imprensa, mas nem assim Guidi ofereceu defesa. O Jornal do Sul, de Criciúma, em reportagem publicada no dia 18 de junho, revelou a íntegra da sindicância. Eis alguns trechos:

Encontros

São arrolados casos em que proprietários de bens imóveis desapropriados pela municipalidade e devedores de taxas de pavimentação, muito superiores ao seu crédito, por decisão arbitrária do Prefeito que entendeu igualar débito e crédito, tiveram suas contas quitadas.

Por declaração das empresas que operam na Rodoviária Municipal e recolhem taxa de embar-

que, constatou-se que no mês de dezembro de 1982, estas taxas foram permutadas por requisições de passagens emitidas no mês anterior, isto é, mês das eleições, para transporte de eleitores por determinação do Executivo Municipal.

Compras

De janeiro de 1982 a janeiro de 1983 a Prefeitura de Criciúma, conforme documentos, adquiriu duas mil, trezentas e cinquenta e três toneladas de petit pavé, em Almirante Tamandaré, no Paraná, a um preço médio de sete mil e quinhentos cruzeiros a tonelada. A Comissão de Sindicância constatou que a maioria das notas fiscais não contém os vistos dos postos de Controle do Paraná, nem de Santa Catarina, o que põe em dúvida a autenticidade de tais documentos.

Entretanto, conforme dados da Secretaria de Obras e Codepla, este tipo de material, o petit pavé, foi utilizado na pavimentação de 23 mil, quinhentos e treze metros quadrados de calçadas, faltando, portanto, o correspondente à 1.177 toneladas, ou seja, 23.547 metros quadrados de material, num valor estimado de oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros.

Também chamou a atenção da Comissão de auditoria a compra

de dez mil e quinhentos litros de tinta refletiva para a sinalização de trânsito, no valor de doze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e trezentos e trinta cruzeiros, que daria para pintar uma área plana de três hectares e meio.

Outro caso é o de uma compra de chapas galvanizadas número 26, feita em 21 de setembro de 1982, no valor de três milhões e quinhentos mil cruzeiros que seriam suficientes para cobrir uma superfície de quase quatro quilômetros quadrados.

A média de consumo de material impresso na Prefeitura de Criciúma no exercício passado foi de um milhão de cruzeiros ao mês. No entanto, em um desses meses foram consumidos sete milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros em papel ofício, envelopes, blocos de notas.

Uma represália que revoltou a população de Ibirama: antes de deixar o cargo, derrotado pelo PMDB, o prefeito Heinz Scheidemantel cancelou um acordo com a Legião Brasileira de Assistência que beneficiaria 170 crianças carentes do município. Na esteira desta medida cancelou também a construção de pontes e de linhas de eletrificação rural no interior do município.

A denúncia é do prefeito Luiz Alexandre Müller, que pegou um autêntico rabo-de-foguete: a receita arrecadada em janeiro deste ano (34 milhões) já estava comprometida quando assumiu no dia 31. Pior, antes de entregar o cargo, Scheidemantel gastou 38 milhões, dando um déficit só no primeiro mês do ano de quatro milhões de cruzeiros. Os problemas são maiores ainda: a dívida

deixada pela administração anterior para ser paga pela atual é de Cr\$ 27 milhões e 700 mil.

Querem saber onde foi gasto esse dinheiro? Há documentos que comprovam, pelo menos, onde está Cr\$ 1 milhão 365 mil, pagos por 3 mil exemplares de uma revistinha com propaganda das obras da prefeitura, antes das eleições, é claro.

TERRA ARRASADA

Por vingança, ex-prefeito compromete o futuro da cidade

Uma represália que revoltou a população de Ibirama: antes de deixar o cargo, derrotado pelo PMDB, o prefeito Heinz Scheidemantel cancelou um acordo com a Legião Brasileira de Assistência que beneficiaria 170 crianças carentes do município. Na esteira desta medida cancelou também a construção de pontes e de linhas de eletrificação rural no interior do município.

A denúncia é do prefeito Luiz Alexandre Müller, que pegou um autêntico rabo-de-foguete: a receita arrecadada em janeiro deste ano (Cr\$ 34 milhões) já estava

comprometida quando assumiu, no dia 31. Pior, antes de entregar o cargo Scheidemantel gastou Cr\$ 38 milhões, dando um déficit só no primeiro mês do ano de quatro milhões de cruzeiros. Os problemas são maiores ainda: a dívida deixada pela administração anterior para ser paga pela atual é de Cr\$ 27 milhões e 700 mil.

Querem saber onde foi gasto este dinheiro? Há documentos que comprovam, pelo menos, onde está Cr\$ 1 milhão 365 mil, pagos por 3 mil exemplares de uma revistinha com propaganda das obras da prefeitura, antes das eleições, é claro.

OS MAL-NASCIDOS

Controle da natalidade: FMI quer diminuir a pobreza eliminando os pobres

Neste exato momento uma mulher está abortando em alguma cidade do Brasil. Pior, está abortando ilegalmente e, na maioria dos casos, em péssimas condições de higiene, pagando caro e sofrendo muito. São quatro milhões de abortos por ano, quase 11 mil por dia, segundo dados da Organização Mundial de Saúde.

Para o governo a solução deste problema não passa pela legalização do aborto (para que possa ser feito sem os riscos atuais) nem pelo amplo debate da sociedade (e principalmente das mulheres), mas simplesmente pela adoção de uma política de planejamento familiar anticoncepcional.

E se você pensa que a política controlista é nacional e surge quando o problema aflige a população, está enganado outra vez: agora já é uma das exigências do Fundo Monetário Internacional, para que nossa taxa de crescimento populacional desça ao nível da verificada nos países desenvolvidos. Na Bahia, o médico Elsimar Coutinho pesquisa novos métodos anticoncepcionais financiado pela Fundação Rockefeller. No Congresso, a Senadora Eunice Michiles (PDS) propôs a criação de um Departamento Interminis-



terial de Planejamento Familiar, enquanto o Ministério da Saúde estuda secretamente seu "Programa de Assistência à Saúde da Mulher" que visa distribuir pílulas às mulheres da camada mais baixa da população.

No plano internacional, entretanto, o Brasil adota uma posição contrária, natalista, exibindo até mesmo sua legislação restritiva ao controle populacional (pela proibição da prática do aborto). A contradição explode quando a BENFAM (Sociedade do Bem Estar da Família), ligada às multinacionais dos contraceptivos, age indiscriminadamente no país.

Reação

Um documento elaborado pelas mulheres no encontro sobre Sexualidade, Saúde, contracepção e Aborto, realizado em março no Rio de Janeiro, afirma que "o controle da reprodução humana se constitui num dos mecanismos essenciais para o exercício do poder político. E tem servido para as classes dominantes se perpetuarem no poder".

O governo só não assumiu oficialmente uma política de controle da natalidade por medo de rompimento com a Igreja, pois esta é frontalmente contra o

aborto. Mas é certo que não vamos erradicar a pobreza impedindo os pobres de procriarem, como defendeu recentemente o Senador Roberto Campos — notoriamente ligado ao capitalismo internacional.

Por outro lado, as posições natalistas, longe de proporem uma política alternativa, têm se limitado ao combate sistemático das idéias controlistas do governo. É o caso da Igreja, através de suas campanhas tipo "Defesa do Direito e Vida". Alguns setores da esquerda vêem na difusão das informações e no fácil acesso aos meios de contracepção medidas que acabam fazendo "o jogo de imperialismo". E há, finalmente, os setores nacionalistas do governo, contrários ao controle. Para eles temos um imenso território para ser ocupado, ainda, pelos brasileiros.

A maior crítica aos dois lados é feita pelas próprias mulheres. Segundo a vereadora Clair Castilhos, professora de Saúde Pública da UFSC e militante do movimento feminino em Florianópolis, "ninguém se preocupa com o corpo da mulher, ele é considerado patrimônio social. Uma política correta passa pela conscientização de homens e mulheres, precedida de um amplo debate político".

PROCESSE O BNH

Associação dos mutuários recomenda o não pagamento dos reajustes

Não pague o aumento da prestação de sua casa própria e não tema o despejo. A solução — não é calote — está em contratar um advogado e depositar na Justiça os valores atuais, discutindo a legalidade do aumento. A orientação é da seção catarinense da Associação dos Mutuários do Brasil (ASMUTH-BRAS), que estima em 40 mil o número de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que vão ingressar na Justiça com ações idênticas nos próximos dias, pois eles não têm condições de pagar o aumento.

A Associação orienta como brigar na Justiça. "O mutuário não



deve optar pelo reajuste semestral, nem pela Tabela Price, ou ampliação do prazo do financiamento, pois em cada redução na prestação terá aumentado o seu prazo de financiamento".

O reajuste semestral não é solução, embora o proprietário só pague, este mês, aumento de 98% na prestação. Seis meses depois ele pagará cerca de 50% de reajuste, cálculo feito com base na projeção da correção monetária. Como resultado, ao final de um ano, os dois reajustes semestrais somados estarão em 150%, mais do que os 130% definidos para os que não optarem pela semestralidade.

Na Justiça, o mutuário deve optar (o conselho ainda é dos advogados da ASMUTH-BRAS) por uma ação declaratória (o reajus-

te proposto pelo Governo viola os termos do contrato) ou por uma ação constitutiva. Neste caso, deposita os valores em juízo, sem, reajuste, até a sentença. A estratégia da ASMUTH é simples: se milhares de mutuários acionarem o BNH ao mesmo tempo, ele quebra.

AMEAÇA

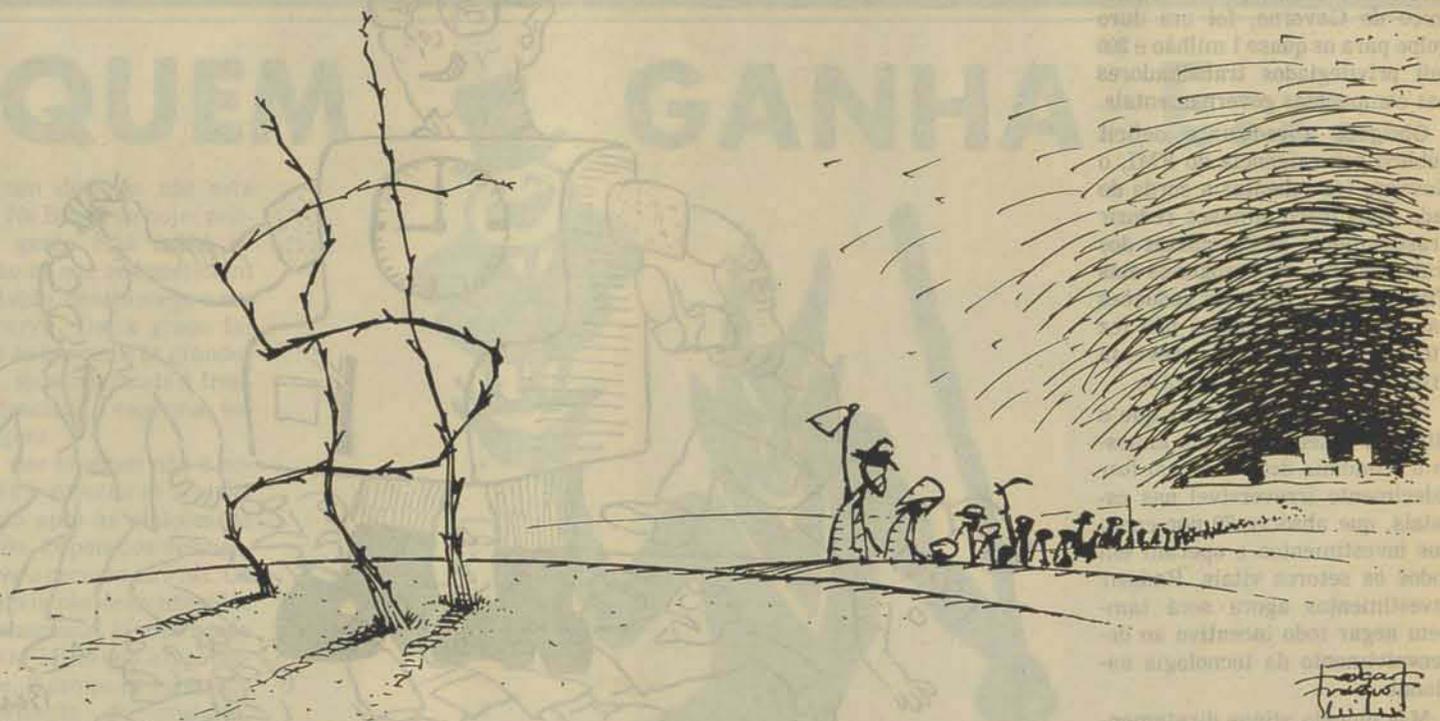
Em todo o Brasil cerca de 700 mil mutuários estão com suas prestações atrasadas, segundo dados do BNH. "O Sistema Financeiro de Habitação poderá

ruir dentro de um ano se não for encontrada uma solução", afirmou o presidente do órgão, José Lopes de Oliveira. A preocupação dele se fundamenta no aumento do desemprego e no crescimento do número dos que estão com os pagamentos atrasados.

O aumento do desemprego leva à ruína os pilares do Sistema Financeiro de Habitação: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a caderneta de poupança. Com a atual política de arrocho salarial já é difícil poupar e até mesmo pagar a prestação da casa própria. Com o desemprego a situação atinge o ponto crítico.

A TERRA PERDIDA

O drama de 30 mil famílias sem terra no Oeste catarinense, denunciado pela Igreja



O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, denuncia a existência de 30 mil famílias de agricultores sem terra no Oeste catarinense. Segundo ele é necessário uma urgente e ampla reforma agrária, para evitar-se violentos conflitos que estão latentes. Os dados são de levantamentos da própria Igreja, em 11 dos 37 municípios da diocese.

Para o bispo "o governo interpreta erradamente que há tranquilidade social na região. Estão sempre ocorrendo despejos de famílias de agricultores".

Com o pacote econômico que retirou subsídios e reduziu o crédito para agricultura, aumenta o êxodo rural. Conforme dados da Secretaria da Agricultura, revelados por uma fonte da ACARESC, cresce o número de pequenos agricultores em dificuldades, que como alternativa estão vendendo suas propriedades. Na periferia das cidades, quem compra estas áreas transforma o que produzia num sítio de lazer, enquanto o antigo proprietário torna-se caseiro.

O desemprego no meio rural aumenta. Na Sadia, em Concórdia, mais de mil agricultores estão inscritos, desesperados por um emprego que lhes garanta a sobrevivência.

Crise na Produção

Há poucos dias, numa reunião de avaliação dos condomínios

suinícolas, os produtores queixaram-se ao Secretário da Agricultura, Vilson Kleinubing, que o custo do porco, mesmo no sistema que empregam, reconhecidamente o de mais baixo custo, está dando prejuízo de Cr\$ 2 mil por cabeça. Nenhuma providência foi tomada pelo governo.

A suinocultura é a principal fonte de renda do pequeno produtor do Oeste, portanto, os efeitos da crise atingem todos os setores da economia da região. Com a alta do preço do milho e rações, as matrizes já estão abatidas — principal sinal de fraqueza do setor.

As antigamente sólidas fábricas de implementos agrícolas também sofrem. A Stevanello, de Concórdia, quebrou. A Tormen, tradicional fabricante de parideiras, comedouros e bebedouros para suínos, está operando com 10 por cento de seu pessoal. A Indústria Perozín, também de Concórdia, só mantém 20 por cento dos empregados, o resto já dispensou. As fábricas de trilhadeiras de Joaçaba pararam de produzir e implementos vindos de fora do estado não têm mais mercado.

Sem Terra

Até o final desta reportagem, reproduzimos a entrevista do bispo Dom José, publicada no encarte rural de O Estado, em 17 de ju-

nho. São dados inquestionáveis e suas críticas, contundentes.

"Dom José Gomes criticou a insensibilidade do Governo diante dos problemas enfrentados pelos agricultores no Oeste que perderam suas lavouras em decorrência das cheias. Considerou ridícula a medida inicial dos Ministérios da área econômica ao prorrogarem por 90 dias o prazo para pagamento das parcelas de financiamentos rurais. Lembrou que "o agricultor colhe uma safra por ano e, se ela se frustra, somente no ano seguinte poderá recuperar os prejuízos". O religioso sugeriu a criação de um verdadeiro seguro agrícola que garanta a produção de todos os produtores rurais e não só daqueles com financiamentos contratados. "O agricultor é o trabalhador brasileiro mais inseguro", ponderou.

Preocupado com a questão agrária do Oeste, o prelado ordenou que todas as suas Paróquias elaborassem levantamentos precisos sobre a existência de famílias de trabalhadores rurais sem terras. Esse trabalho, concluído em 11 dos 37 municípios oestinos, revela que a questão da terra é grave. Dom José sublinha que está ocorrendo um crescimento do latifúndio e que muitos agricultores estão perdendo suas terras para pagamento de empréstimos contratados com particulares ou organizações bancárias.

O Bispo calcula que 30% dos agricultores que contrairam fi-

nanciamentos perderam suas propriedades. Esse cálculo foi cotado com outras regiões do Estado e do Sul do Brasil, obtendo-se resultados semelhantes. Dom José Gomes teme que esse contingente de trabalhadores rurais acabem engrossando os cinturões de pobreza das cidades da região, compondo o famigerado êxodo rural.

Problemas

— A situação é realmente grave e tudo está contribuindo para expulsar do campo o pequeno agricultor: a política agrícola, a política agrária, falta de apoio e assistência, a retirada de subsídios e os desequilíbrios climáticos. A Igreja e seus pastores estão preocupados com o agravamento da crise no campo que, por consequência, agravará a crise nas cidades.

Dom José acredita apenas em uma solução: uma ampla Reforma Agrária, da base e profunda, que permita o aproveitamento das terras ociosas ou improdutivas por famílias, de produtores rurais. O Bispo é totalmente contra a transferência de colonos do Oeste para Mato Grosso, Roraima ou Rondônia e explica: "no sul do Brasil há muita terra que poderia abrigar esses agricultores". O prelado quer que o colono catarinense viva no Sul, produza riquezas para o País e tenha uma boa qualidade de vida".

Roberto Freixo

CORTE NAS ESTATAIS

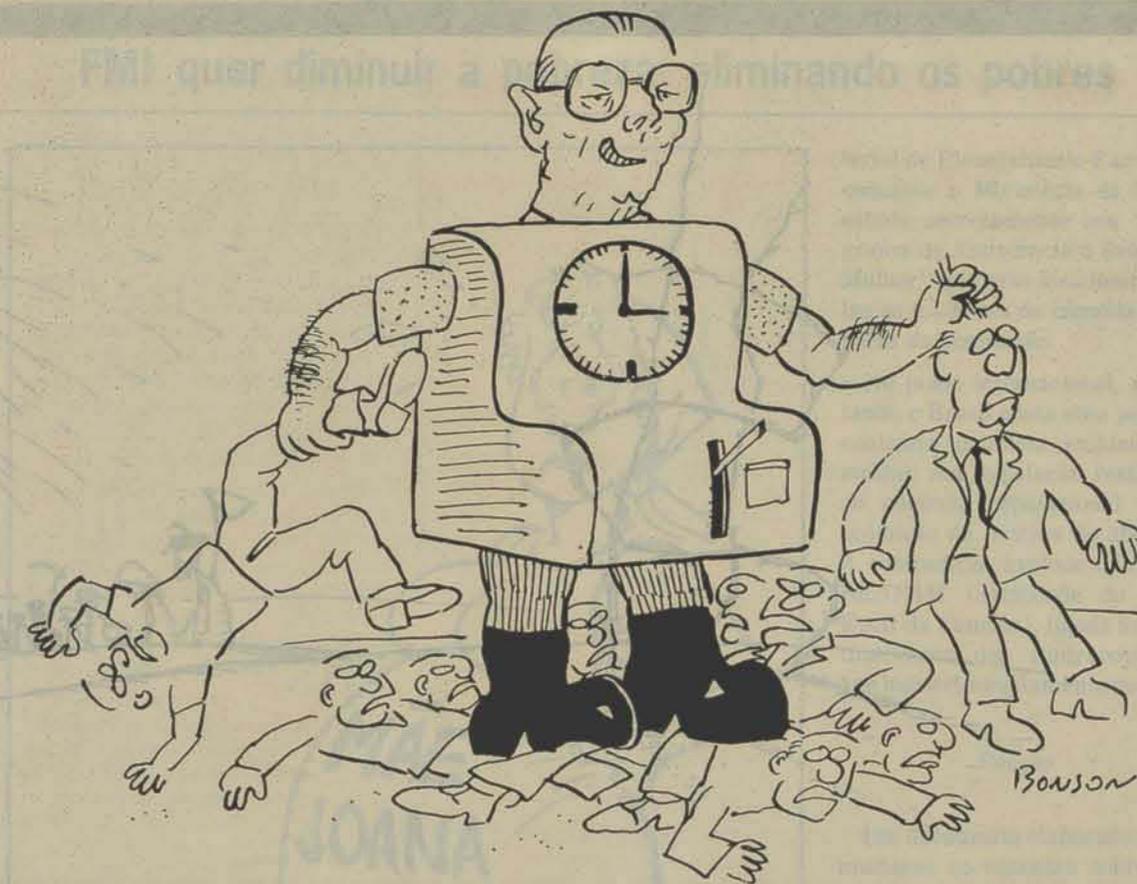
Quem deverá ser atingido é quem não fez a dívida: os assalariados

O impacto causado pelo corte de 20 por cento no orçamento das empresas estatais, contido no último pacote econômico do Governo, foi um duro golpe para os quase 1 milhão e 200 mil privilegiados trabalhadores nas companhias governamentais.

Obrigado a reduzir o déficit público por exigência do FMI, o Governo fez rebentar a corda do lado mais fraco, ameaça reduzir drasticamente as conquistas dos trabalhadores. Nos próximos dias Figueiredo vai decretar reduções nas vantagens, o que só não fez até agora temendo uma greve, já articulada no centro do País.

O Governo quer ignorar que o ritmo de desenvolvimento imposto à economia determina um fortalecimento irreversível nas estatais, que absorve 70 por cento dos investimentos e operam em todos os setores vitais. Reduzir investimentos agora será também negar todo incentivo ao desenvolvimento da tecnologia nacional.

Mas quando atinge diretamente seus empregados, o Governo corre o risco de um grave confronto político. As manifestações de empregados em empresas estatais contra as medidas do pacote econômico, ganharam as ruas na primeira quizona de junho em Brasília. Funcionários do Banco do Brasil protestaram violentamente, em frente à Secretária do Planejamento da Presidência da República, contra o corte de 25%



de seus salários. Outras manifestações desse tipo marcaram uma semana de protesto em várias capitais. Ameaçando parar o País se o Governo não recuar com o

pacote, a categoria, hoje organizada em 38 sindicatos e diversas associações, tenta colher forças suficientes para um confronto direto com o Governo.

Reação no Estado

Enquanto a onda de protesto se espalha por todo País, os 15 mil

funcionários de estatais em Santa Catarina reagiram cautelosamente ao pacote. Mas nem por isso com menos indignação. Dia 20 de junho, na sede da Associação dos Engenheiros, em Florianópolis, quatro associações e um sindicato de trabalhadores em empresas estatais se fizeram presentes. As intervenções, na maioria de funcionários da ELETROSUL, a maior estatal que opera no Estado, continham sérias críticas ao pacote, ao FMI e ao Governo. A maior preocupação dos participantes da reunião era fazer chegar a opinião pública que o Governo quer, "nos responsabilizar, jogar nas costas dos assalariados das estatais a culpa pelas dificuldades econômicas".

A reunião terminou com uma proposta de organização, para encaminhar de forma conjunta as soluções, de acordo com as características de cada empresa. "A comunidade tem que ser esclarecida, saber o que as estatais representam", afirmou o representante da Associação dos Economistas, Paulo Ganzo. "Hoje estatal é sinônimo de mordomia, o que não é bem assim. Quem se beneficia com altos salários, carro na porta, facilidades para empréstimo e outros benefícios, são os dirigentes das empresas. A população, continua, precisa saber que esse pacote leva as estatais a ter cada vez mais problemas".

O EXEMPLO DE SC

Greve de 20 dias organiza os funcionários públicos no Estado

O Governo não atendeu às reivindicações e nem recebeu os grevistas, mas isto não foi motivo para que os participantes da última assembleia estadual dos servidores públicos federais de SC se sentissem derrotados. A impressão era de que houve uma vitória do movimento de paralisação que durou 20 dias no mês de junho, envolvendo diversas cidades do Estado.

"Este movimento incomodou muita gente", afirmou Alfredo Martins, tesoureiro do Comando de Greve, depois de decidida a volta ao trabalho. "Ninguém pode nos negar as glórias pela manifestação. A participação de Santa Catarina foi exemplar", completou outro representante do interior.

Para José Martins Rocha, que há 33 anos trabalha como agente administrativo do IAPAS, em Tu-

barão, "a greve foi proveitosa e boa, aprendi muito mais que numa escola". Com isto todos estão de acordo já que foi a primeira greve do funcionalismo público federal, a nível nacional, depois de 1964.

O encerramento da greve não terminou o movimento. "Pelo contrário", disse Jorge Lorenzetti, que representou Santa Catarina junto ao Comando Nacional, "agora é que as discussões vão tomar fôlego. Este foi o primeiro passo. Foi uma parada histórica e estou consciente de que obtivemos uma grande vitória política".

O despreparo político e a falta de organização foram fatores, segundo Lorenzetti, que impediram a acumulação de forças para levar mais adiante o movimento a nível nacional. Isto pode ser comprovado em três pontos básicos:

adesão descompassada (Minas entrou em greve um mês depois que São Paulo), existência de diretorias pelegas que estavam contra o movimento e paralisação concentrada praticamente nos setores de saúde e educação.

Em relação ao movimento estadual, Jorge Lorenzetti considerou uma falha a suspensão da paralisação dos professores da UFSC, no momento em que os servidores necessitavam deste apoio. O professor Osvaldo Maciel, da UFSC, reconheceu que o protesto na Universidade não deu certo mas que "o negócio é não perdermos o passo. Se continuarmos organizados em breve poderemos espalhar esta idéia para outros setores da vida nacional".

Os servidores federais de Santa Catarina acham que é necessária a criação de uma entidade a par-

tir das bases para ter representatividade de todos e melhor orientar o movimento. Para isto, está previsto para agosto um encontro estadual dos servidores públicos federais.

— Estamos voltando ao trabalho, porém conscientes da força que representamos e, se o governo continuar intransigente em nos atender, não hesitaremos em usar a greve como forma de luta", concluiu Lorenzetti.

INTERSINDICAL

Reunindo 15 entidades de categorias profissionais, entre federações, sindicatos e associações, a Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores de Santa Catarina apoiou a greve dos funcionários públicos, tendo em vista que eles "vêm sentindo mais

duramente os efeitos da política de arrocho salarial que há mais de duas décadas foi imposta sobre os trabalhadores. Esta situação, já insustentável, foi agravada com o anúncio governamental do índice de reajuste salarial do funcionalismo para 1983 que, no mínimo, pode ser considerado como uma provocação".

Na moção de apoio que distribuiu, a Intersindical diz ainda que "um reajuste real de 64% quando a inflação, anunciada pelo próprio governo já ultrapassa 120% nos últimos 12 meses e o aumento da prestação da casa própria foi de 130% este ano, mostra claramente o descaso do Governo para com o setor público e com o direito da população de receber uma assistência à saúde decente, de ter acesso à educação em todos os níveis e de ser bem atendida ao procurar serviços públicos".

MORATÓRIA — Em bom português é o velho e conhecido "devo, não nego, pagarei quando puder". Na versão oficial foi transformada num monstro de terríveis conseqüências, embora o Brasil já tenha recorrido a ela mais de uma vez no passado. O pior é que ela está sendo negociada com os credores mas na base do "devo, nego só para os brasileiros, pagarei mesmo que eles não possam (com o dinheiro deles, naturalmente)".

FMI — Sigla do Fundo Monetário Internacional. É um organismo criado em 1944, pelos governos dos países capitalistas. Qualquer nação pode fazer parte dele, mas sua participação nas decisões depende da quantidade de dinheiro com que contribuiu para o tal "Fundo". Os Estados Unidos possuem mais de 40 por cento das cotas e, junto com as demais potências ocidentais, controlam as decisões. Na prática, o FMI funciona como um gigantesco Serviço de Proteção ao Crédito — (SPC), à disposição dos grandes bancos internacionais.

DESINDEXAÇÃO — É o contrário de "indexar", que vem de índice. Em todos os países há índices que são números que servem como referência para os mais diversos cálculos da inflação e salários, as "UPCs" (outra sigla utilizada no Sistema Financeiro de Habitação) etc. No Brasil a situação é exagerada. Todos os economistas, tanto do Governo como da oposição concordam que, de tanto amarar uma coisa à outra, o País chegou a um nó cego. O problema não é "desindexar": isso é reconhecido como necessário. O problema é que para o FMI e para nosso obediente Governo "desindexar" significa desvincular da realidade os índices a partir dos quais são calculados taxas, números e valores como o reajuste dos salários, enquanto continuam "indexados" os números e valores que beneficiam o grande capital.

INPC — É um dos tais índices. Aliás, significa literalmente "Índice Nacional dos Preços ao Consumidor". É calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ex-IBGE. Serve (não por muito tempo mais) para medir o aumento dos preços pagos pelo consumidor a cada mês. É com base no INPC, mas acrescentando outros índices que são calculados a inflação e os reajustes salariais.

EXPURGO — Normalmente significa retirar algo (ou alguém) repentinamente do conjunto de que fazia parte. Mostrando que quando quer, sabe ser objetivo, o Governo anuncia que vai promover alguns "expurgos" nos índices que calcula. Não nos que beneficiam o grande capital, é bom que se diga mais uma vez. Por exemplo: o Governo, com o dinheiro que arrecada, cobria uma parte do preço do trigo, fazendo com que a farinha e, conseqüentemente, o pão e as massas, fossem menos caros do que realmente são. Era o chamado "subsídio ao trigo". Como o FMI mandou parar com isso e o Governo obedeceu, uma autoridade qualquer anunciou, no dia 24/6 que o preço do trigo subiria 100%. Com o "expurgo", esse aumento (e do pão e das massas) não entra nos cálculos do INPC e da inflação (e dos reajustes salariais). É a política de faz-de-conta.

Um golpe em marcha no País: esta a especulação que foi passada nas entrelinhas ou em malabarismos verbais, nos últimos dias de imprensa nacional. A enfermidade que acometeu o General Figueiredo exatamente quando o País sofre a mais catastrófica

crise econômica de sua história, propiciou especulações em todos os níveis. E, na segunda-feira, dia 27, corria o boato da morte do Presidente. Enquanto isso, Rui Lopes, jornalista da Folha de S. Paulo, percorria o País como arauto de um novo "pacto social", antes

que haja uma "convulsão social". Isto é, um pacto de panos quentes sobre a organização dos trabalhadores que não querem pagar a crise que não criaram. Mas não é só isso: a Nação passa mal porque o regime favorece a sangria de divisas, chupadas por empresas

e bancos de outros países. Entramos em falência, e não há coragem de negar mais esta dívida, que aumenta fantásticamente. Qual a proposta do Governo? Tirar dos trabalhadores. E esse é o resumo da crise política e econômica que desova diretamente na panela de todos nós.

QUEM GANHA E...

Quem tem dinheiro não está em crise. No Brasil de hoje, muito pouca gente está nesta situação. São os que se beneficiam com a inflação, desemprego e um governo servil. Deste grupo fazem parte os bancos e as grandes empresas, multinacionais à frente. Como funciona o esquema, você verá agora.

A crise que vivemos não é nova, embora o governo só a tenha reconhecido após as eleições do ano passado. Depois dos desmentidos, houve o recurso do FMI. Os detalhes ainda são desconhecidos mas o fundamental já está sendo aplicado. O FMI exigiu e o governo obedece. É tempo de recessão.

Desvalorização do cruzeiro, corte nos gastos públicos, arrochos salarial exportar a qualquer preço são as ordens. Mas elas não afetam a todos da mesma maneira. Os assalariados perdem os empregos ou pagam mais caro pelo cotidiano. Os pequenos e médios produtores e comerciantes que dependem do consumo popular vão à falência ou são comprados pelos grandes. As empresas estatais perdem terreno e se tornam "ineficientes".

QUEM SÃO

Apesar de tudo, há quem se beneficie com a crise. São os que tem dinheiro vivo — o grande capital. Em primeiro lugar os bancos, que cobram juros de agiotagem e compram o que quiserem a vista. Entre os bancos, despontam os grandes das finanças internacionais CITIBANK, CHASE, DEUTSCHE; etc. São os credores do país, que exigem a aplicação de medidas econômicas que os beneficiem. O dinheiro que eles possuem são os supervalorizados dólares, marcos, libras, etc, com os quais podem comprar se for o caso, uma PETROBRÁS, uma EMBRATEL. O Ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, já admite a venda de "algumas das estatais".

Fora da área financeira também há beneficiados. As multinacionais aproveitam para comprar empresas nacionais em dificuldades. É só lembrar o caso da CONSUL. Alguns grandes grupos nacionais, da área industrial ou agrícola, principalmente os que produzem mercadorias exportáveis, expandem-se abrindo filiais,



eliminando concorrentes e lucrando com a desvalorização do cruzeiro, é o que vem fazendo o grupo Pão de Açúcar.

Todos juntos tiram proveito de uma mão-de-obra tornada mais barata a cada dia pela inflação e pelo desemprego. Ainda assim investem em máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade e reduzem o número de empregados.

Correndo por fora, os especuladores do mercado imobiliário, financeiro, do câmbio negro e de outros negócios ainda mais ilícitos. A crise não faz porém, com que os que dela se beneficiam deixem de pensar no amanhã. Todos se envolvem no debate sobre a sucessão presidencial lançando ou apoiando candidatos inclusive alguns "oposicionistas". Para identificá-los, basta acompanhar seus movimentos.

QUEM PERDE

Se você quer saber quem perde com a crise, leia esta lista de produtos e serviços que tiveram seus preços aumentados no mês passado. Dia 2, o leite que estava escasso reapareceu 38% mais caro nos armazéns e supermercados, Cr\$ 145. Com ele, subiram a manteiga, o queijo, o iogurte. Dois dias depois, em Tubarão a tarifa dos ônibus urbanos subiu 40%, foi a 55 pratas. Isto que só no dia 9 o governo aumentaria os derivados de petróleo (a gasolina foi pra Cr\$ 303, seu segundo aumento no ano). Logo logo aumentou a tarifa urbana na capital (que subira 40 dias antes), pulando de 60 para 70. Os táxis, na mesma hora e muito justamente, adotaram bandeira dois, bandeirada a Cr\$ 150.

Tome fôlego, ainda estamos na metade do mês. Vamos lá: milho,

pulou de Cr\$ 3.500 a saca para Cr\$ 6 mil (anúncio do fim dos subsídios à agricultura, cheias, especulação pura). Farelo, arrastado pra cima pelo milho, de 5 mil pra 8 mil a saca. O frango, que come milho, subiu junto. Frango é carne, e a carne voou 15% para cima no dia 21. O trigo disparou, com ele o pão, liberado pela SUNAB.

Confira os percentuais dos aumentos (segundo o governo, o custo de vida em Florianópolis subiu 231 por cento entre maio de 82 e 83) e constata: seu salário sobe sempre menos do que aquilo que você precisa comprar (no nosso exemplo, comida e condução para o trabalho). É o tão famoso arrocho salarial. E pronto, você sabe agora quem perde com a crise — o assalariado.

PRESIDENTE DIRETO



Direito da Maioria

PROJETO EMERGÊNCIA

Proposta do ex-Senador Teotônio Vilela discutida em Santa Catarina

Com as galerias e o plenário da Assembleia Legislativa completamente lotados, foi debatido, dia 17 de junho, o "Projeto Emergência", do ex-Senador Teotônio Vilela, numa promoção do Diretório Municipal do PMDB de Florianópolis.

O Senador Jaison Barreto fez uma síntese do projeto que foi debatido pelos presentes, juntamente com o Deputado Federal Nelson Wedekin e com os estaduais Roberto Motta e Edson Andriano.

Jaison Barreto destacou o significado político do trabalho do político alagoano. "O País atravessa uma crise sem precedentes. É preciso enfrentá-la com determinação e coragem", afirmou o senador ao destacar o exemplo de Vilela.

Tomando o documento como uma contribuição que não deve ser considerada como uma panacéia ou uma receita técnica, Jaison criticou as iniciativas contemporâneas que surgem em vários pontos do País, inclusive no próprio partido.

"O pior golpe é a conciliação, que visa simplesmente à manutenção do status quo. Temos que fazer oposição verdadeira", completou.

A SÍNTESE DO PROJETO:

— Diante da grande crise social, econômica e política que o País atravessa, é necessário que todas as forças vivas da Nação se mobilizem para solucioná-la. A solução exige a preservação da soberania nacional, da dignidade humana e das riquezas do País. O modelo econômico subordinou os interesses nacionais aos interesses do capital estrangeiro. Por isto a sociedade brasileira hoje está diante de quatro grandes dívidas, que deverão ser enfrentadas em conjunto: 1ª) a dívida externa, que já atinge 100 bilhões de dólares 2) a dívida interna, de 10 trilhões de cruzeiros; 3) a dívida social, que atinge 80% da população. São mais de 90 milhões de brasileiros em contínua degradação de sua qualidade de vida, dos quais 40 milhões em miséria absoluta. Aí se incluem 10 milhões de flagelados do Nordeste e dezenas de milhões de menores abandonados. A dívida social é a falta de emprego, de salário real, de condições mínimas de saúde, de direito à educação, à terra e à moradia. 4ª) a dívida política, que atinge a totalidade da população. O povo não vota para Presidente, não tem acesso à informação e não decide sobre as questões cruciais do País.

A dívida externa — Os credores da dívida externa são os bancos privados internacionais, principalmente norte-americanos. Os devedores são o Governo Federal, os Governos Estaduais e alguns municipais, as empresas estatais, as subsidiárias de empresas multinacionais e as empresas privadas nacionais, avaliadas pelo Tesouro Nacional. Como o Produto Interno Bruto (PIB) é de aproximadamente 240 bilhões de dólares, a dívida já representa 40% desse valor, quando, em 1963, o Brasil devia 3,1 bilhões de dólares.

— Boa parte desses empréstimos beneficiou os importadores de "bens de capital" especialmente máquinas e equipamentos. A grande importação de produtos estrangeiros impediu o melhor desenvolvimento da indústria nacional, como o pagamento da dívida depende da exportação de produtos agrícolas, o setor agro-exportador também se beneficiou. Finalmente, a "modernização" beneficiou os bancos internacionais que faziam a conversão dos petrodólares e drenavam para seus países juros e correções crescentes. Dentro do Brasil todos os lucros se concentraram no setor

bancário, em prejuízo dos demais setores da economia.

Na estratégia do governo para administrar a crise há 3 itens particularmente graves: 1) a maxidesvalorização, para alcançar o "superavit" na balança comercial; b) cortes bruscos nos investimentos das empresas estatais e no orçamento dos governos estaduais e municipais, para combater o "déficit" público. A consequência é uma recessão interna, porque diminui a compra de bens produzidos pelas empresas nacionais. Essa recessão significa a falência de empresários e o desemprego generalizado; c) revisão salarial e expurgo do INPC, que atinge diretamente a classe trabalhadora. Essas e outras medidas anti-populares, impostas pelo FMI, ao qual o Brasil está preso, não conduzirão ao saneamento da nossa economia. Ao contrário, significam a salvação do sistema financeiro internacional.

É necessário que condicionemos o pagamento da dívida ao volume de recursos disponíveis na economia brasileira, com a suspensão de todos os pagamentos relativos à dívida por um período de, no mínimo, dois anos. Tal decisão constitui uma declaração de moratória, com o respaldo de toda a Nação e precedida de articulação política com os países que possam manter o fluxo de importações indispensáveis ao funcionamento de nossa economia. Para isso é também necessário que façamos acordos bilaterais com os países árabes, africanos, latino-americanos e do Leste Europeu, sendo importantíssima a articulação com o México, a Argentina, a Venezuela e outros países endividados do Terceiro Mundo.

A declaração de moratória poderá acarretar uma redução das importações, assim como dificuldades com governos de alguns países credores. Poderá acarretar, também, uma mudança nos nossos hábitos de consumo e alguns sacrifícios para a população. Por isto a classe trabalhadora, os estudantes, as donas-de-casa, o clero, os parlamentares, os partidos políticos, os sindicatos, as associações profissionais e de moradores, todos, todos, enfim, devem participar dessa decisão.

A dívida interna é o total da dívida contraída pelo governo no mercado financeiro nacional. Esses papéis são adquiridos fundamentalmente por grupos financeiros, para especulação no mercado aberto ("open market") e são recompensados com altos juros, por meio de dinheiro que o governo arrecada em impostos e taxas. Enquanto o setor industrial se vê à beira da falência, por causa da elevação dos juros bancários, a dívida interna revela um mecanismo de atração de lucros fáceis e, portanto, de transferência de dinheiro de todos os brasileiros para os grandes conglomerados financeiros, com o aval e a participação do Governo Federal. Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfin Netto, os responsáveis por essa política desde 1964 são empresários do setor financeiro ou tecnocratas a seu serviço. Essa política deu lugar a forte especulação, dadas as facilidades que foram sendo criadas para que instituições financeiras aplicassem, com total segurança, seus eventuais excessos de recursos, ainda que por prazos mínimos. Para pagar seus títulos, o governo é obrigado a emitir novas ORTNs e LTNs, ou seja, apresenta o mesmo vício do crescimento desenfreado da dívida externa. — É preciso estancar esse processo pelo "congelamento" dos títulos existentes e "enxugamento" do mercado pela substituição gradual por papéis com outras características. Os novos títulos deverão ter características semelhantes à dos "bônus de guerra", restringindo-se sua negociabilidade e adotando-se taxas menores. Ao mesmo tempo devem-se tomar medidas drásticas no rigoroso tabelamento dos juros bancários. Os recursos originários de tais bônus devem ser aplicados em programas efetivos de substituição de importações e em investimentos geradores de emprego e de produção de bens para o mercado interno e o barateamento do custo de vida. Dessa forma seria restabelecida a função da

dívida pública como meio de financiar investimentos produtivos. Paralelamente, propõe-se que o Imposto de Renda seja profundamente alterado, de modo a torná-lo socialmente justo. As alíquotas aplicadas sobre as taxas de rendimentos mais elevadas devem ser fortemente aumentadas. É certo, também, que vários rendimentos atualmente isentos ou com baixa taxa de deverão ser incluídos nos rendimentos tributáveis das pessoas físicas, sempre com o objetivo final de atingir mais fortemente os contribuintes de alta renda. Os ganhos de capital devem ser fortemente taxados; dividendos de companhias de capital aberto e de sociedades fechadas; juros da maioria dos haveres financeiros (à exceção das cadernetas de poupança, até certo limite); lucros nas transações imobiliárias; bonificação em ações.

— Chamamos de dívida social ao débito contraído pelo Estado para com todos aqueles que não desfrutam das condições mínimas necessárias à sua sobrevivência e dignidade como seres humanos. Os dados oficiais indicam 12 milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente para sua manutenção; 6 milhões de desempregados; 15 milhões de subempregados; 20 milhões de analfabetos adultos; 12 milhões de crianças sem escolas e menores abandonados; 40 milhões de pessoas subnutridas e/ou portadoras de doenças endêmicas; 25 milhões vivendo em favelas; mas de 30% da população vivendo a nível da pobreza absoluta ou da miséria. A dívida social é com o povo. Os banqueiros, as multinacionais e o FMI que esperem. Mas essa imensa maioria é que não pode e nem deve esperar.

— A política de pleno emprego consistirá em assegurar ao trabalhador a manutenção de seu emprego em fomentar a criação de novos empregos para absorver a grande massa de desempregados, que cresce a cada ano com o ingresso de 1,5 milhões de novos contingentes de mão-de-obra. Estima-se que dos 45 milhões de trabalhadores, o número de desempregados totalize 25 milhões (50%), considerando-se subempregados os que ganham até um salário mínimo regional e os "sem rendimentos" (dona-de-casa, domésticas não remuneradas etc). A partir do final da década de 70 a taxa de desemprego vem aumentando no Brasil, evoluindo de 2,3% em 77 e chegando, atualmente, a valor superior a 10%.

— Durante os anos do "milagre" a expulsão do comênon para a cidade e o arrocho salarial agravaram as condições de alimentação, moradia, saneamento básico, saúde, educação e transporte das classes populares. Tudo isso gerou um aumento da demanda de serviços médicos a que o Estado não foi capaz de responder. A fome é a primeira e a mais aflição das enfermidades sociais, porque gera outras e não pode ser tratada nos ambulatórios em 100.000 crianças de 1 a 4 anos a taxa de mortalidade por desnutrição tem sido de 28%.

O resgate da dívida social deve começar pelo fortalecimento da capacidade de atuação política e organizativa da população, para a conquista de melhores condições de vida a partir da própria comunidade. O Plano de Emergência tem como seus imperativos: 1) Uma lei salarial justa, que garanta agora os reajustes semestrais e propicie um processo firme de redistribuição de renda, começando pelo estabelecimento de um salário mínimo que dê condições de vida digna ao trabalhador e à sua família. 2) A imediata revogação das medidas recessivas, mediante uma política de investimentos planejada em função de duas prioridades: o mercado interno e o emprego de toda a força de trabalho disponível. Isto se faria pela imediata criação de frentes de trabalho, através de investimentos em infra-estrutura e obras públicas a nível municipal, estadual e federal; de ajuda efetiva à pequena e média empresas nacionais; e da efetiva aplicação do Estatuto da Terra", desapropriando o latifúndio improdutivo, que poderia propiciar, a curto prazo, terra e trabalho para mais de 6 milhões de famílias, ou cerca de 30 milhões de pessoas.

O regime autoritário do Brasil vem, há 19 anos, limitando, condicionando, manipulando e negando as liberdades democráticas e acumulando com a Nação e com o povo uma imensa dívida política. A Lei de Segurança Nacional, a Lei Orgânica dos Partidos, a legislação eleitoral, a CLT e a Constituição retiram do povo a soberania e o transformam em vítima do Estado. Quando a crise econômica revela dimensões de desastre e a população desempregada explode seu desespero nas ruas, fica evidente para todos que é chegado o momento de restabelecer a verdadeira ordem: não a da supremacia de uma minoria sobre a maioria, do Estado sobre a Nação, da coerção sobre a legitimidade ou da Lei sobre a Justiça; mas a ordem da igualdade, da justiça, da legitimidade baseada na participação, da soberania popular constituindo o Estado e o Governo. É chegado o momento de o povo brasileiro assegurar o seu direito de escolher e eleger o poder que decide de fato neste país: o Executivo Federal, o Presidente da República. É chegada a hora de assegurar também eleições diretas para prefeitos em todos os municípios brasileiros, incluindo as capitais e as "áreas de segurança nacional". Urge revogar também

os artigos da LSN e da Constituição que colocam o País sob a tutela de um Conselho de Segurança Nacional que o povo não elegeu, não conhece e nem tem porque reconhecer como legítimo.

O essencial é que a Nação redescubra sua identidade e seus valores éticos e morais, para retomar um processo de desenvolvimento econômico, social e político em novas bases. A moratória, o reordenamento do mercado financeiro interno, a política de emprego e salário e o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência são propostas de reencontro da Nação com a dignidade dos brasileiros. Isto não se fará sem dificuldades, porque as classes privilegiadas terão de ser afetadas. Os sacrifícios não mais serão impostos apenas à classe trabalhadora. Todos teremos de contribuir, com o trabalho e esforço, para a superação da crise. Mas tudo isto só será possível na medida em que a sociedade — através de seus partidos, de suas organizações de base, de suas entidades representativas — esteja consciente e atue no sentido de exigir um programa de ações que restaure a soberania da nação e a dignidade do ser humano.

O "Projeto Emergência" defendido pelo ex-Senador Teotônio Vilela, como alternativa à crise econômica, tem méritos incontestáveis. Teotônio percebe — e proclama com toda a energia que ainda lhe resta — que são os banqueiros e os grandes empresários transnacionais os responsáveis e beneficiários da dívida externa brasileira. Além disso, que o regime quer jogar o peso dessa dívida sobre os ombros daqueles que foram as vítimas de um processo de internacionalização e concentração da economia brasileira, incentivado e patrocinado pelo golpe militar de 64.

"São mais de 90 milhões de brasileiros — diz o ex-Senador — que vivem em contínua degradação de seu nível e qualidade de vida. Desse total, cerca de 40 milhões vivem em miséria absoluta. Nesse último grupo estão 10 milhões de flagelados no Nordeste e dezenas de milhões de menores abandonados". No entanto, o "Projeto Emergência", busca representar uma alternativa sobretudo aos pequenos e médios empresários massacrados pelos banqueiros e ameaçados pela crescente monopolização. Os trabalhadores e os demais explorados do campo e da cidade são beneficiários do "Projeto Emergência", mais pelas palavras do que pelas medidas concretas. Aliás, Teotônio deixa claro — embora nas entrelinhas — sua preocupação no sentido de que as transformações sociais possam ir longe demais, se as "forças vivas da Nação" não se mobilizarem "organizadamente na busca de soluções". A pergunta colocada logo de início é uma nova versão do "façamos a revolução antes

que o povo a faça". "Como atravessar; indaga Teotônio — esta crise que ameaça levar o País a uma convulsão social de consequência, imprevisíveis"?

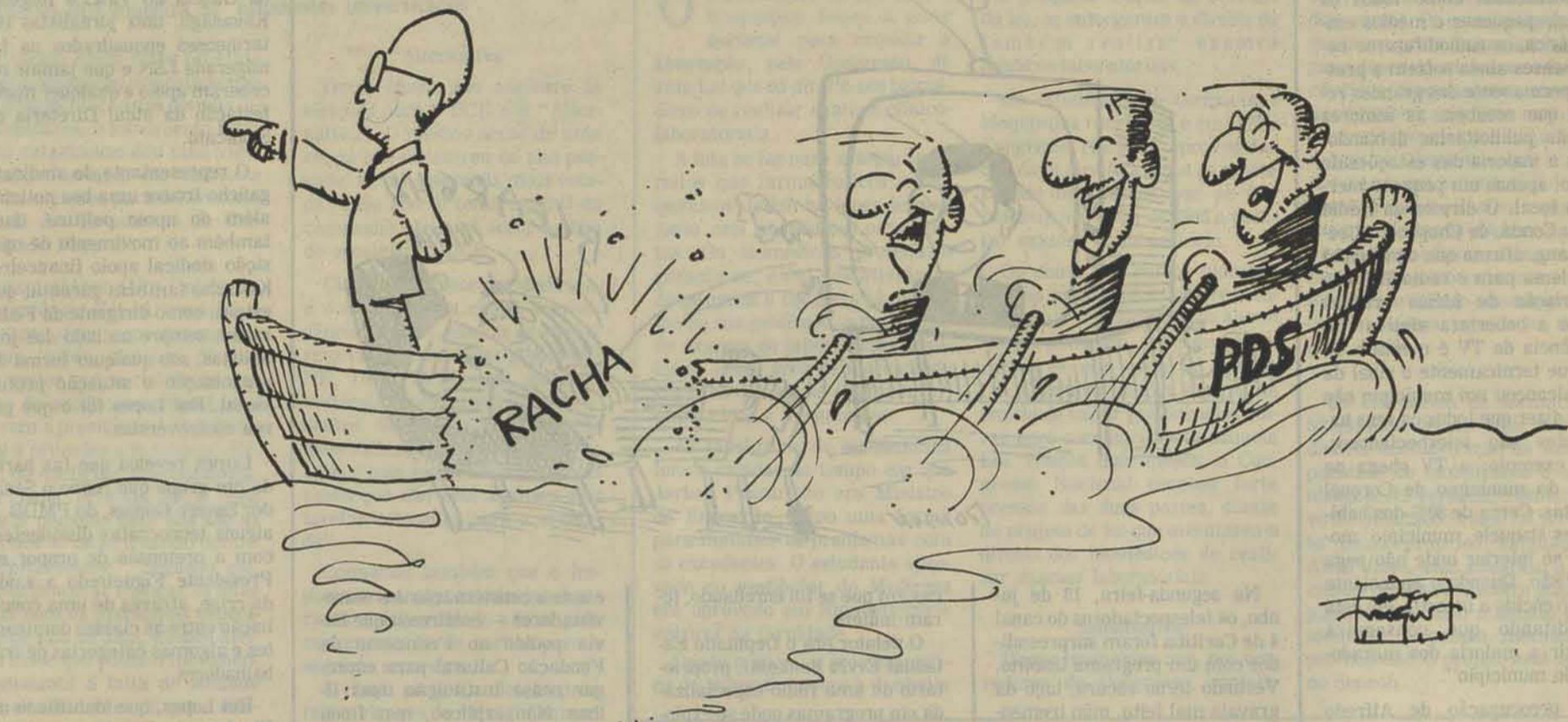
Sacrifícios e Sacrificados

Embora o "Projeto Teotônio" fale em elevação dos salários, mais empregos através de investimentos públicos, melhores condições de vida para o povo e eleições diretas em todos os níveis, em certo momento reconhece que poderia haver "alguns sacrifícios para o povo brasileiro". E o que ainda é mais significativo, acaba propondo uma nova forma de adesão ou submissão popular. "Tais dificuldades deverão ser enfrentadas com coragem e com serena firmeza, representarão algum sacrifício para o povo brasileiro. É necessário, portanto, uma ampla e imediata articulação política a nível interno para se obter a adesão e o respaldo a essas medidas".

Na verdade, em que pese a sua grandeza como indivíduo e sua coerência como personalidade pública, Teotônio Vilela não consegue perceber que as medidas de "emergência" que o povo reclama não podem conter ambigüidades. As "forças vivas da Nação", de fato, já estão no poder ou em torno dele reivindicando pequenas mudanças para sua acomodação. O necessário — segundo os setores mais consequentes da oposição — é erguer e organizar a força soterrada dos trabalhadores, de todo os explorados e oprimidos da Nação, para forjar uma alternativa de poder que eleve imediatamente o nível de vida do povo.

GOVERNO PARALELO

Amin perdeu a convenção e divide o poder com Jorge e Córdova



Ninguém parecia prestar muita atenção no que dizia Ênio Branco. A um canto, o Deputado Salomão Ribas Júnior vociferava para uma pequena roda. No plenário, entre copos de quentão e pinhões generosamente distribuídos pela direção do partido, muita gente com expressões carregadas, em contraponto com rostos sorridentes. E no ar, uma inquietação crescente.

A inquietação não era para menos — o PDS estava quase encerrando sua Convenção Regional, no domingo, 19 de junho, e nem sinal do governado Esperidião Amin aparecer para o discurso de praxe. Já sabendo que era o grande perdedor da convenção (cedeu o comando político do PDS aos ex-governadores Henrique Córdova e Jorge Bornhausen), Amin

chegou apenas na hora exigida, trajando um austero terno cinza e com semblante carregado.

Momentos antes o líder do governo na Assembléia, Deputado Ivan Ranzolin, já definira o quadro adverso ao afirmar, em seu discurso, que o PDS catarinense estava "desestruturado".

Minoria

Em seu discurso Amin conseguiu evitar referências a nova comissão executiva, para a qual sequer votou e onde ficou em clara minoria. Foi a principal derrota política de seus primeiros meses de mandato. Agora ele convive, impotente, com um governo paralelo em Santa Catarina, exercido de fato por Córdova/Bornhausen, com sede na mansão que os dois dividem na Beira Mar Norte,

em Florianópolis, sob a fachada de escritório de advocacia.

O governador, cria da dupla Henrique/Jorge, mas que tentou romper o cerco para garantir espaço próprio, foi vítima de sua inexperiência. Na semana que antecedeu a convenção tentou, em vão, uma composição para a chapa da executiva. Córdova já tinha a presidência assegurada (trampolim para sua pretensão de candidatar-se ao governo em 1986). Amin tentou afastar Bornhausen da vice-presidência, para não perder o comando da máquina partidária, indicando em seu lugar Salomão Ribas Júnior. Mas esta escolha "de confiança", não era muito confiável, pois implicaria numa aliança (impossível) com o grupo do ex-governador Antônio Carlos Kon-

der Reis (a quem Ribas, em última instância, manteria fidelidade), praticamente escorraçado do partido para que o próprio Amin fosse candidato em 82.

Incoerência

Córdova, no entanto, não arreudou pé. Exigiu Bornhausen como vice. Inimigos no passado, são agora aliados políticos. Amin quase entregou — formalmente — o comando político do PDS a Córdova, mas Ribas e Ranzolin pressionaram e o demoveram da decisão.

A farsa da convenção parecia real na manhã de domingo. Um observador menos atento poderia imaginar que duas chapas se defrontariam. Até Konder Reis compareceu. Mas a velha raposa

farejou os bastidores e percebeu que não tinha e não terá espaços no PDS catarinense de hoje. Saiu sem se despedir de ninguém.

Ao meio-dia a frágil bancada já havia cedido ("composto", na linguagem pedessista), afastando a possibilidade de uma chapa alternativa. Amin fraquejara e só restou a bancada abrir mão da vice-presidência em troca de uma pretensa maioria na executiva. A indicação de Jarvis Gaidzinski como tesoureiro dividiu a própria bancada, porque todos sabem que ele fala, antes de tudo, em nome de Córdova.

E este, ao final, não poupou o governador de uma fina ironia. Elogiou o comportamento de Amin durante as negociações, que assim "evitou um racha no partido".

NOVOS DIRETÓRIOS

Convenções municipais do PMDB devem renovar o partido

Neste domingo, três de julho, o PMDB realiza suas convenções municipais dentro da certeza de que delas emergirá um Partido mais forte. Um exemplo dos novos tempos e da retomada da construção da unidade está na própria capital, onde uma chapa única de consenso, composta sem prejuízos para as correntes

envolvidas, demonstra que a pífia vitória do PDS para o Governo nas últimas eleições não desestruturou o PMDB. Nem desanimou seus principais nomes. Há praticamente em cada município histórias como esta de Florianópolis, de um Partido que, como frente, precisa discutir muito claramente suas posições e sem fugir ao debate interno buscar pontos de ação comum.

Embora a nível nacional e estadual o principal partido de oposição venha recebendo críticas, de dentro e de fora, pela ausência de iniciativa, neste quadro de crise não há dúvida que a reno-

vação dos diretórios é um fato positivo.

As convenções muitas vezes se constituem em atos meramente burocráticos, sem um maior peso político. Estas convenções agora, entretanto, têm vários outros sentidos. Em primeiro lugar as convenções do dia três deverão incorporar aos diretórios e à atividade partidária, as centenas de novas militantes que a campanha de 1982 fez emergir. Até mesmo muitos dos quase 800 vereadores eleitos pelo PMDB nas eleições passadas, tendo se filiado às vésperas do último prazo, não fazem

parte dos atuais diretórios. Esses militantes que se destacaram, como candidatos ou não, darão um novo perfil às chapas e às executivas do partido nos municípios.

De outro lado, em vários municípios igualmente comporão as novas chapas muitos filiados recentes, do pós-eleição, egressos do PDS, dissidentes locais ou das sublegendas derrotadas no pleito municipal: perceberam que é impossível fazer oposição dentro do PDS.

As convenções representam, ainda, um momento de encontro e

discussão sobre os rumos do partido.

É momento em que se debatem tendências, e se define a postura diante da crise, as suas saídas possíveis. Exatamente no instante em que a crítica mais freqüente que se faz ao partido é a do imobilismo, da vacilação, da sua ausência de perspectivas. Um último aspecto: em vários municípios as disputas internas representarão um desafio às lideranças para manter a unidade partidária, uma tese que tem ampla simpatia nas bases.

AUDIÊNCIA FRIA

Sacrificados como todos os demais pequenos e médios empresários, os radiodifusores catarinenses ainda sofrem a pressão permanente das grandes redes, que recebem as maiores verbas publicitárias deixando, para a maioria das estações de rádio, apenas um pequeno mercado local. O diretor da Rádio Índio Condá, de Chapecó, Alfredo Lang, afirma que o principal problema para o radiodifusor é a criação de idéias erradas sobre a cobertura efetiva: "a audiência da TV é mentira. Só porque tecnicamente o sinal da TV alcançou um município não quer dizer que todos os seus habitantes são telespectadores. Por exemplo: a TV chega na sede do município de Coronel Freitas. Cerca de 80% dos habitantes daquele município moram no interior onde não pega televisão. Quando o anunciante é convencido a investir, ele está acreditando que conseguirá atingir a maioria dos moradores do município".

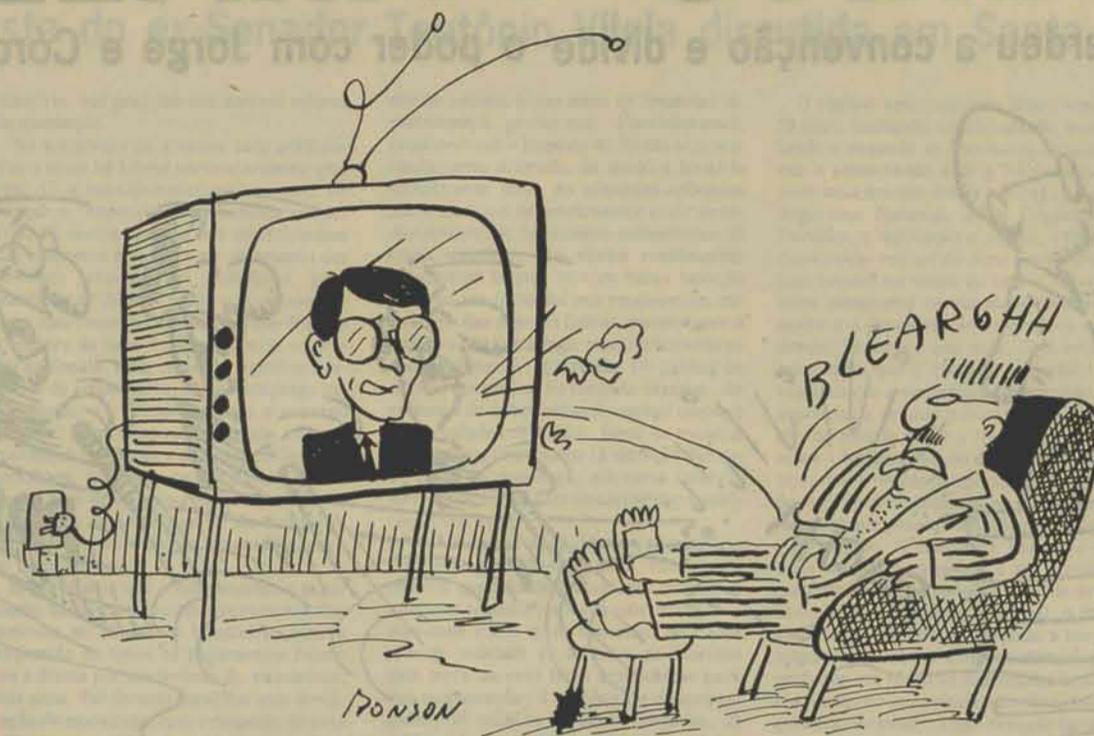
A preocupação de Alfredo Lang torna-se mais clara quando ele cita, por exemplo, a Apesc: "ela anuncia em TV e vem fazendo campanha para que os catarinenses poupem em empresas locais. Ora, o Bamerindus, Bradesco e Itaú anunciam em rádio e obtêm boa resposta. O problema da Apesc é que ela fica apenas num veículo, que não tem lhe dado resposta".

TODO MUNDO OUVE

Embora o Presidente em exercício da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, Ramiro Gregório da Silva, tenha afirmado que o débito do Governo com as rádios e televisões catarinenses deva estar entre Cr\$ 60 e 80 milhões, o Diretor da Índio Condá não acredita que, se o Governo pagar, a situação dos radiodifusores melhora: "o Governo anuncia pouco em rádio, o débito não é muito significativo". Como vários outros anunciantes, o Governo não distribui sua verba levando em conta a audiência que o rádio tem, concentra esse dinheiro em publicidade nas grandes redes.

"Por que nos lembramos de anunciar no rádio a morte de alguém? Porque todo mundo ouve rádio. Por que tantos avisos são dados pelo rádio? Porque quem anuncia tem certeza de ser ouvido. Por que as grandes empresas que têm sucursais no interior anunciam em rádio quando precisam de mão-de-obra? Porque sabem que a resposta é imediata". As perguntas são de Al-

DELATOR ASSUMIDO



Na segunda-feira, 13 de junho, os telespectadores do canal 4 de Curitiba foram surpreendidos com um programa insólito. Vestindo terno escuro, laço da gravata mal feito, mão tremendo sem parar, um personagem sombrio ergueu dois grandes olhos enigmáticos para os telespectadores e anunciou: "Vim delatar os comunistas infiltrados na administração José Richa, do PMDB". É possível que o personagem não soubesse as implicações éticas que envolvem o verbo delatar, pois tornou a repeti-lo durante as duas horas que o programa durou.

Pouco a pouco, porém, a figura sinistra — através duma confusão vocabular única — foi dando lugar ao anedótico, culminando como um Chacrinha fora de forma. Os esforços dos jornalistas convidados ao programa, em ampará-lo nas confusões gramaticais e ideológi-

cas em que se foi enredando, foram inúteis.

O delator era o Deputado Estadual Ervin Bonkoski, proprietário de uma rádio especializada em programas onde se explora a credence popular. Todos os anos Bonkoski organiza uma romaria até um altar onde está uma imagem de Nossa Senhora de Guadalupe. Participam milhares de pessoas, trazendo uma rosa e outras oferendas. O altar fica em uma das salas da rádio.

Como "perigosos comunistas" o Deputado anunciou o novo Presidente da Fundação Cultural de Curitiba e um Diretor dessa instituição, bem como um funcionário da Prefeitura, responsável pelo serviço de cemitérios. Os demais nomes da lista, o Deputado guardou para divulgar mais tarde, depois desenvolveu brevemente a tese de que política é como o futebol americano, tem um terceiro tempo. Durante a entrevista —

e ante a consternação dos entrevistadores — confirmou que havia pedido ao Presidente da Fundação Cultural para empregar nessa instituição duas filhas. Não explicou, mas ficou patente a todos, que a origem de seu furor anti-comunista vem desse fato.

Manifestações de apoio e solidariedade à nova direção da Fundação surgiram rapidamente de variados setores políticos e culturais do Estado. Temporariamente, o Deputado Ervin Bonkoski guardou sua viola no saco. As forças da oposição ao Governo de Richa devem estar buscando alguém mais competente para utilizar como testade-ferro. Embora as circunstâncias dessem ao Deputado-delator uma autoridade única que fechava com precisão esse círculo de non sense: Ervin Bonkoski é o Deputado Estadual mais votado no paraná eleito pelo próprio PMDB.

fredo Lang, ele mesmo responde.

A verdade é que está se repetindo com as rádios o mesmo processo concentrador de outras áreas: cada vez um maior número de emissoras pertence a um mesmo grupo econômico. Cada vez mais a programação é "enlatada", vem pronta das capitais para o interior, ferindo a lei (toda emissora de TV é obrigada a gerar 30% de programação local). Uma emissora que ficasse no ar, por exemplo, como a TV Catarinense, de Florianópolis, uma média de 20 h diárias, teria que ter pelo menos seis de programas locais. Não tem. Da mesma forma a TV Cultura em Chapecó, a TV Coligadas em Blumenau e a TV

Santa Catarina, em Joinville. Em alguns casos a programação local somada não chega a uma hora diária.

JORNALISTAS NA LUTA

O movimento de oposição sindical dos jornalistas catarinenses cresce em todo o Estado. Em Joinville, dias 25 e 26, houve o segundo encontro da categoria, reunindo mais de 50 participantes e os convidados Ricardo Kotscho, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jorna-

listas; Rui Lopes, veterano repórter político da Folha de S. Paulo; Caco Schmidt, Diretor do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, e Edésio Passos, Advogado Trabalhista do Paraná.

O saldo do encontro foi a constatação do avanço da organização dos jornalistas que pretendem assumir a direção de seu sindicato. Há a regularização e sindicalização de todos os profissionais em atividade, a participação efetiva do movimento nas demais lutas dos trabalhadores, através do Enclat e Intersindical, e o levantamento das condições de trabalho e níveis salariais nas principais empresas jornalísticas, como primeiro passo para o piso sala-

rial e acordos coletivos de trabalho.

Outros assuntos foram discutidos. Entre eles, a questão da Lei de Segurança Nacional, com a presença de Silvio Figueiredo, da Gazeta do Vale, e Rogério Kavanagh, dois jornalistas catarinenses enquadrados na famigerada LSN e que jamais receberam apoio e qualquer manifestação da atual Diretoria do Sindicato.

O representante do sindicato gaúcho trouxe uma boa notícia: além do apoio político, dará também ao movimento de oposição sindical apoio financeiro. Kotscho também garantiu que estará, como dirigente da Federação, sempre ao lado dos jornalistas, sob qualquer forma de organização e situação profissional. Rui Lopes foi o que gerou controvérsias.

Lopes revelou que faz parte de um grupo que reúne o Senador Severo Gomes, do PMDB, e alguns tecnocratas dissidentes, com a pretensão de propor ao Presidente Figueiredo a saída da crise, através de uma conciliação entre as classes dominantes e algumas categorias de trabalhadores.

Rui Lopes, que identificou na História do Brasil a exclusão dos trabalhadores em todos os seus processos marcantes como dado importante para entender a situação crítica que o País atravessa, acabou propondo um novo acerto de cúpula, ou seja, a repetição da história mais uma vez como farsa.

O novo encontro da oposição sindical será em Criciúma, dias 13 e 14 de agosto.

FAZ O QUE EU DIGO...

A partir da campanha política, o Jornal de Santa Catarina fechou três sucursais — Criciúma, Chapecó e Lages — e despediu cinco repórteres da sucursal de Florianópolis. Desempregou profissionais que tentavam manter o que ainda resta de bom no jornal. Por isso causa profunda estranheza uma "campanha" lançada pelo jornal em favor do desempregado! "Se você está procurando emprego — diz o texto da campanha — agora é só ir a uma das sucursais do JSC que o seu pedido de emprego será publicado totalmente de graça". A campanha, que parece bondosa, tem por trás o Governo do Estado, que paga anúncios. E, é claro, o resultado vai ser nulo. A não ser que eles voltem a empregar os repórteres que despediram criando, além do desemprego, um péssimo clima nas redações.

SACUDINDO A CRISE

Eleição no DCE mobiliza os estudantes universitários

Afundado numa crise refletida na desmobilização dos estudantes e na desvinculação das demais lutas populares, o movimento estudantil catarinense deu uma vigorosa demonstração de vitalidade com as eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal.

Quatro chapas (Em Defesa da Universidade, Nós, Alternativa e Andança), com propostas que variavam desde eleições diretas para reitor até socialização dos meios de produção cultural, disputaram a presidência. Em Defesa foi a primeira a se formar. Ernani, da medicina, que encabeçava a chapa, acredita que o "que mais tá pegando para nós são as lutas que se estão levando dentro da Universidade". Segundo ele, deve-se procurar unificar as lutas gerais com os problemas específicos da sala de aula. Ernani atribui a crise que passa o movimento estudantil à falta de unidade entre os estudantes. E que a intolerância e o sectarismo têm afastado os estudantes das entidades, dando espaço para a reação.

Em outubro inicia o processo de escolha do reitor. Em Defesa da Universidade propõe eleição prévia entre a comunidade universitária e luta para que o mais votado seja empossado. Defende também a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Ernani fica sem graça quando tem que explicar se a sua chapa é ou não situação. Mas diz que a chapa tem apoio da atual diretoria do DCE, "isso porque não somos sectários e achamos que eles tem muita contribuição a dar".

Nós

"Contradição entre eu e você". Este é um dos principais lemas da chapa Nós, cujo tema central da campanha é a questão cultural. Dozol, candidato a vice-presidência, afirma que é importante se impor aos programas vindos de cima, por isso "nós somos a nossa própria tendência". Afirma que "não podemos enfrentar a burguesia agora, temos que por ordem na nossa própria casa, oxigenar nossas cabeças."

Por isso a chapa tem uma proposta de Revolução Cultural. Defende a socialização imediata dos meios de produção cultural e dos meios de comunicação. Dozol afirma: a chapa vai lutar para que seja montada uma Rádio Universitária. E também 20% para a educação, porque 12% é muito pouco. Prega a desativação das usinas nucleares e se posiciona contra todo tipo de exploração.

Alternativa

Outra chapa que concorre às eleições para o DCE é a "Alternativa". O mesmo nome de uma chapa que concorreu no ano passado. E, foi a segunda mais votada. Esse ano, o tema central da campanha eleitoral seria a idéia de oposição no DCE.

Clóvis, estudante de Medicina, é o candidato da chapa a presidência do DCE. Ele diz que as diretorias das entidades gerais (UNE, UCE, DCE) tem sido um obstáculo à organização dos estudantes. Segundo o programa da Alternativa, a diretoria atual do DCE "tem mostrado sucessivas vezes que não está a altura das tarefas colocadas para a entidade".

Comentou também que o importante para os estudantes é garantir a universidade e lutar pela suplementação de verbas para o segundo semestre.

A chapa propõe a eleição para reitor através de sufrágio universal. A nível nacional defende a greve geral dos trabalhadores e é favorável a um novo congresso democrático e soberano.

Andança

"O caminho se faz ao andar". Com esse verso de Antônio Machado, a chapa Andança procura resumir a orientação de seu programa. Andança foi a última chapa a se formar, mas seus integrantes garantem que ela é "resultado de muito tempo de discussão e militância". O seu programa é baseado na prática de alguns centros acadêmicos que vêm se destacando pela organização e qualidade de discussão política que implementam.

Marcos, estudante de física e candidato a presidência, afirma que "não basta lutarmos pela defesa da universidade, precisamos contribuir na sua transformação". Acredita que a produção científica da universidade tem que responder aos problemas e aos interesses dos setores populares.

Marcos afirma que Andança não é apenas oposição à diretoria do DCE. "Somos oposição a todas as práticas e discursos que têm levado o movimento estudantil ao esvaziamento e ao descrédito".

Andança se propõe a lutar por eleições partidárias para reitor e, pela representatividade de um terço nos órgãos colegiados. Na sua avaliação de conjuntura nacional defende eleições diretas para presidência da república, exigidas por um movimento que responda à questão da sucessão do ponto de vista dos trabalhadores.

BRIGA DA FARMÁCIA

Artimanha de Passarinho faz a greve dos farmacêuticos e bioquímicos

Os estudantes de farmácia e bioquímica foram à greve nacional para impedir a aprovação, pelo Congresso, de uma Lei que dá direito aos biomédicos de realizar exames clínico-laboratoriais.

A luta se faz para assegurar direitos que farmacêuticos e bioquímicos detêm há longo tempo, junto com os médicos patologistas. Os biomédicos pretendem garantir-se, além das atividades de pesquisa e docência já previstas na sua profissão, a realização de exames de laboratórios, invadindo assim área de mercado de trabalho dos atuais e futuros farmacêuticos e bioquímicos.

As faculdades de biomedicina foram criadas no tempo em que Jarbas Passarinho era Ministro da Educação, como uma forma para diminuir os problemas com os excedentes. O estudante aprovado no vestibular de Medicina era aprovado em Biomedicina e entrava na faculdade.

Desde o início, a área específica de biomedicina era a docência

e a pesquisa. Diante de brechas da lei, se outorgaram o direito de também realizar exames médicos-laboratoriais.

Os estudantes de farmácia e bioquímica reagiram, e em 1979 o Congresso Nacional aprovou Lei que dava direito a todos os profissionais biomédicos que se formassem até julho de 1983 a realizar exames de laboratório.

Os donos dos cursos biomédicos, na maioria particulares, entretanto, convenceram seus alunos de que poderiam, formados, realizar tais exames, apesar do texto da Lei. O ministério, por sua vez, se omitiu de tomar providências claras para o cumprimento daquela Lei. Nestes dois meses, o Congresso Nacional recebeu forte pressão das duas partes, diante do projeto de lei que eternizava o direito dos biomédicos de realizar exames laboratoriais.

Substitutivo

Houve momentos que, nos corredores do Congresso, circula-

vam mais de 3 mil estudantes dos dois cursos. Os estudantes de bioquímica eram financiados pelos ricos donos de cursos, e os farmacêuticos/bioquímicos tiveram que paralisar as aulas e mobilizar recursos próprios para equilibrar o jogo no Congresso, que acabou aprovando um substitutivo do Deputado Euclides Scalco, o qual assegura a todos os atuais estudantes de biomedicina a fazer exames clínico-laboratoriais, mas exclui esse direito a todos que entrarem nessas faculdades daqui para diante.

Os estudantes de farmácia e bioquímica deram uma extraordinária demonstração da sua capacidade de mobilização e organização. Na verdade, o substitutivo do Deputado Scalco foi proposto pelos próprios estudantes. Além disso, eles situaram a discussão no seu verdadeiro plano, o político, elevando o debate para além de discussão meramente profissional. O projeto está agora no Senado.

RESISTIR AO AUMENTO

Os estudantes das fundações não aceitarão reajustes das mensalidades

Os milhares de estudantes das 18 fundações educacionais de Santa Catarina estão se organizando para reagir contra o índice de reajuste de 52,9% das anuidades. Esse problema somado a falta de recursos para o orçamento das instituições e inúmeras irregularidades políticas e administrativas que vem ocorrendo em todo o Estado podem colocar em risco a continuidade do "modelo alternativo" para a interiorização do ensino superior no País.

A desatenção dos governos federal, estadual e municipal obriga que o auto-custeio do aluno represente geralmente 78% do total da receita da fundação. Ele praticamente mantém a escola superior. Os porta-vozes do Ministério de Educação e Cultura tecem largos elogios ao "modelo fundacional catarinense" como opção de levar o ensino superior ao interior dos estados. A razão é óbvia: dispensam recursos insignificantes, dentro da política de diminuir as verbas para a educação. A responsabilidade fica novamente a cargo da sociedade.

De acordo com o assessor técnico Rogério Brás da ACAFE- Associação Catarinense das Fundações Educacionais (administradora das fundações) "a sobre-

vivência dessas instituições vai depender mais do que nunca da gestão de recursos próprios e de outras alternativas como a "adoção de alunos, por parte de empresários que podem descontar no imposto de renda esse tipo de auxílio".

Para os estudantes, a questão é outra e deverá ser levada "até as últimas consequências": a obrigação do Governo, tanto Federal como Estadual, de arcar com o custeio das escolas aumentando as verbas para o ensino. Nos últimos dias a maioria dos diretórios de estudantes das fundações tem se mobilizado para uma organização a nível estadual com o objetivo de lutar contra o reajuste de 52,9% que significaria para algumas instituições como a de Blumenau e Joiville, por exemplo, uma mensalidade de até Cr\$ 40 mil. Essa quantia, segundo os estudantes vai obrigar a mais da metade dos alunos a desistirem das aulas.

Pobreza e Politicagem

São 18 fundações: A tensão, em todas elas, é grande e deverá aumentar com os 1.895 novos alunos que tiverem a "infelicidade" de passar no próximo vestibular da ACAFE, que se realiza este mês.

Na Uniplac por exemplo, a situação é bastante crítica.

Lá, tanto professores, como estudantes (e o próprio Conselho Diretor) são unânimes em afirmar que a situação é desesperadora, e se continuar assim não terá condições de sobreviver até outubro. O balancete da instituição registra que o déficit da Uniplac é de Cr\$ 36 milhões, e não haverá forma de recompor o orçamento. Os professores estão com os salários atrasados e a insegurança é total. Os alunos dizem que se realmente vigorar o aumento de 52,9%, quase 50% dos estudantes vão deixar de estudar. Somente na Faculdade de Letras, dos 54 alunos que iniciaram o semestre, 30 já abandonaram as aulas. E o problema não é apenas financeiro. Uma série de irregularidades causadas em parte pelo autoritarismo da presidenta da Fundação, Aidê Antunes, que simplesmente eliminou uma das habilitações em letras, justamente a cadeira de Português, sem consultar a ninguém, e que esteve envolvida, na demissão sumária de três professores politicamente contrário à ela, só vem aumentar o clima de tensão na comunidade estudantil.

PROCURADORES PROCURADOS

A Justiça repôs as coisas no lugar: Moacir Pereira, César Filomeno Fontes, Danilo Maciel, Paulo Colin, Márcio Rosa e Angelino Rosa foram condenados pelo Juiz Nestor José da Silveira, da Vara da Fazenda, a devolver os salários que receberam por sua nomeação ilegal como Procuradores do Tribunal de Contas junto à Fazenda Pública.

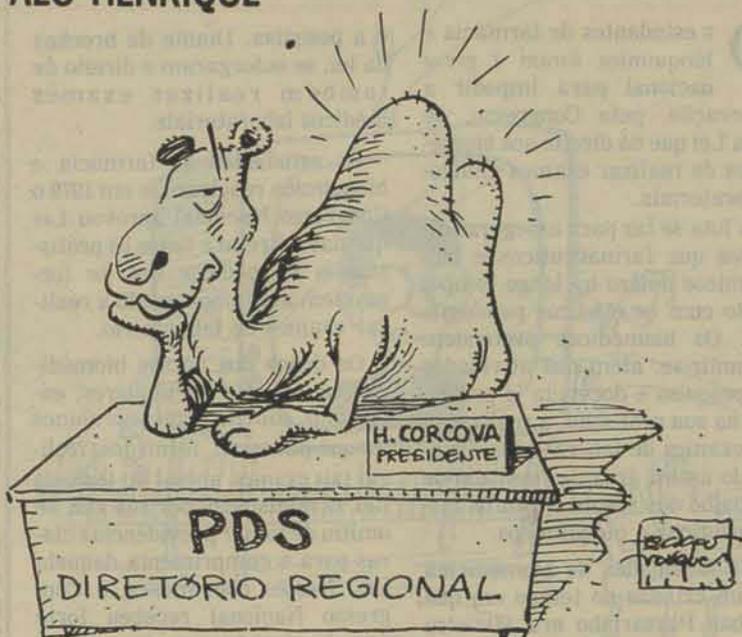
Os seis foram nomeados sem concurso público no ano passado, pelos ex-governadores Jorge Bornhausen e Henrique Córdova, também responsabilizados pelo juiz (a sentença foi prolatada dia 16 de junho, numa ação popular promovida por 43 pessoas, principalmente advogados e políticos).

Os seis vão recorrer da decisão. Mas ficam marcados. Jornalista, Moacir Pereira foi nomeado às vésperas da eleição. Maciel é genro do desembargador Ivo Sell. César Fontes é vereador do PDS, Angelino Rosa foi deputado do mesmo partido. Enfim, todos, de uma forma ou outra, são apenas apadrinhados dos governantes temporários, conforme decisão da Justiça.

LUGARES TROCADOS

Esperidião Amin e Jaison Barreto no mesmo avião. O Governador na classe turística e o senador oposicionista na primeira classe. Os dois desembarcam e as poltronas que ocupavam se transformam em um grande fato político, no "Jornal do Almoço", da TV Catarinense. Talvez sem perceber, o comentarista Silveira Lenzi elogia Amin (na classe turística a passagem é mais barata), reforçando a imagem de administrador despojado e austero que seus assessores buscam forjar através da imprensa. Portanto, fica devidamente registrado que, nas nuvens, Amin é econômico. Aqui embaixo, com os pés no chão, ajuda a manter o sistema que legou ao Estado uma dívida de Cr\$ 420 bilhões e ao Brasil a maior de sua história, ambas com alto custo social (que tantas vezes Lenzi criticou). Registre-se também que

ALÔ HENRIQUE



Quem dá e depois tira vira corcunda. O aviso é para o ex-governador Henrique Córdova, autor da doação de um telefone ao Centro Social Urbano de Iriri, no norte do Estado, feita pouco antes das eleições. Agora a TELESC quer retirá-lo de lá, alegando que não foi pago. O presidente do Conselho da Comunidade, Nilson França, escreveu ao ex-governador para "lembrá-lo" da doação, mas não recebeu resposta.

Jaison é um cidadão de primeira classe no combate a este sistema, na busca de uma ordem social mais justa (o que Lenzi tantas vezes exigiu).

ADEUS, SUPERVISORES

As famigeradas supervisões regionais do Governo, criadas para ser uma administração paralela nas cidades onde o PMDB detinha as prefeituras, foram extintas no mês passado. Totalmente desacreditadas junto a população, cabides de empregos e onerosas, desaparecem sem deixar saudades. Só fica evidente que, quando foram implantadas, os objetivos eram mesmo desestabilizar os governos oposicionistas. E, é claro, dar algum lucro aos amigos: a sede da supervisão regional em Blumenau é numa casa do Deputado Federal Paulo Melro (PDS) e custa 200 mil mensais aos cofres públicos. Na justificativa para extinguir as supervisões, Amin revelou que em Lages, onde o PDS venceu as últimas eleições, não é mais necessária. Mas não disse que seria impossível ao Estado criar supervisões para as 60 cidades onde a Oposição venceu.

FILHO ÚNICO

O Secretário da Fazenda, Arno Batschauer, balançou mas não caiu. Ainda está "prestigiado", como costumam dizer os dirigentes dos times de futebol aos treinadores (ou ganha a próxima ou...). O que fez de errado o secretário? Ao jornal O Estado disse, no mês passado, que "sempre me posicionei dentro de uma linha coerente e de acordo com minha consciência". Suas divergências, revelou, são com outros secretários. Na certa eles não gostaram foi do "linha coerente" nem de saber que Batschauer tem "consciência" para prestar contas.

DISCURSO DO PODER

Floriano Peixoto foi certamente o primeiro, no período republicano, a dividir os brasileiros entre "bons" e "maus". De lá para cá o discurso do poder não mudou, assim como as classes que o detém. Continuamos expectadores de uma grande comédia que qualifica de "exótico/subversivo/contrário à índole pacífica e ordeira do nosso povo/" tudo o que não se en-

caixar nos interesses imediatos das classes dominantes. É assim aqui, e assim é em boa parte da América Latina.

O liberalismo, aqui, sempre foi de ostentação. O ideal liberal do "trabalho livre" conviveu com a escravidão, durante o Império. O favor medeando as relações sociais: através dele, na República, reproduz-se uma das grandes classes sociais (a média), a classe dos "homens livres" mas, na realidade, dependentes, que cresce à sombra dos poderosos. Em tudo, um ar farfresco.

É precisamente o discurso político brasileiro — do início da República até os dias de hoje — que constitui o nervo do romance **Buenos dias Mr. Ludwig Beija-Flor**, Ctba., lançado recentemente em Florianópolis pelo escritor e jornalista catarinense Raimundo Caruso. Um texto moderno, móvel, aberto e flexível: é também um roteiro pronto para o cinema e uma peça de teatro. Caruso recia, numa linguagem acessível, o discurso das classes que sempre mandaram neste País.

Bispos, banqueiros, tecnocratas; generais, latifundiários, poetas e jornalistas; líderes políticos, burocratas, negros, crianças, mendigos e mulheres. Todos nós — os "bons" e os "maus" cidadãos brasileiros — somos inquilinos deste prédio de apartamentos em frente ao Edifício América, onde as rajadas de metralhadoras de um movimento revolucionário de salvação nacional se confundem com os tiros do mocinho onipresente na televisão. O real e o fictício se entrecruzam, este sendo sempre superado pelo primeiro: uma tese que Caruso prova com este livro.

ESCÂNDALO NA 1ª UCRE

Passada a greve dos professores da rede estadual e ainda não pararam as perseguições por parte do Governo. A repressão hoje é maior por parte das Unidades de Coordenação Regional do Ensino. Na 1ª Ucre, em Florianópolis, segundo acusação da Alisc, duas orientadoras educacionais foram transferidas como forma de punição, de acordo com declarações do próprio coordenador.

Sobre este coordenador, o professor Geraldo Vieira tem

denúncias a fazer: Ele está no cargo há três governos apesar de não entender nada de educação, nunca foi professor. Foi colocado no cargo pelo atual governador na época em que ainda ensaiava os primeiros passos rumo ao Governo Estadual. Suas mordomias são escandalosas tendo em vista a situação atual do professorado médio: mora de graça numa casa da Ucre, usa o carro oficial, tem água, luz e telefone pagos pelo Estado, além de receber salários como sargento da reserva do Exército, como delegado de Polícia e como coordenador da Ucre. "Enquanto os funcionários da entidade trabalham num porão", afirma o professor Vieira, "ele vive num verdadeiro paraíso com tudo pago pelo Estado". Ainda segundo ele, é frequente as professoras saírem chorando de cada reunião presidida pelo coordenador da 1ª Ucre.

Os professores estaduais sofreram muitas perseguições durante a greve. Foram abertas 32 sindicâncias em Criciúma, 19 em Tubarão e três em Imbituba, além das transferências de duas alunas de Joinville e Criciúma e de duas orientadoras educacionais, consideradas como lideranças nos seus locais de trabalho. Houve também o desconto dos salários dos professores relativo ao período da greve.

Atualmente as conversações com o Governo prosseguem, através de reuniões na Secretaria de Educação. Oscar Rosa, presidente da Alisc, comenta que estas reuniões são muito frias onde não há respostas concretas. "O atual secretário da Educação não tem competência para resolver qualquer problema, tão pouco consegue discutir com os professores. Ele, como o governador Amin, não acredita na democracia do movimento da Alisc".

SC PAGA BANQUETE

Em nenhum Estado os Centros de Convenções dão lucro. São deficitários. Mesmo sabendo disso e sabendo que a Embratur não banca aventuras governamentais neste ramo, o governador Esperidião Amin insiste: pagou banquete no Hilton Hotel de São Paulo para "vender a imagem de Santa Catarina" como local apropriado para convenções e congressos. O povo paga a conta do banquete e sente que vem aí mais uma obra para "os pequenos".

CAÇA AO MÉDICO

Governo trata a saúde em Curitiba com perseguições e desperdício

Os médicos Altino Lemos de Farias e Marcos Antônio Machado de Farias estão na alça de mira do governo do estado: a qualquer momento poderão ser demitidos dos cargos que exercem em Curitiba. Para seus lugares estão cotados alguns protegidos do governador. A denúncia é de 15 dos 17 médicos da cidade e está contida num documento enviado no mês passado ao Presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM).

Esta política de perseguir gente competente e privilegiar os mais dóceis é comum no Governo. Exemplo claro é a composição da cúpula da Saúde no Estado. Todos os derrotados na última eleição para a ACM foram premiados com postos-chave. O Secretário Vanildo Ozelame, Diogo Nei Ribeiro (Diretor do DASP), Luiz Alberto da Silveira (Superintendente do INAMPS), Vilson Reblin

(Secretário-Adjunto) e Murilo Capella (Superintendente da Fundação Hospitalar de Santa Catarina) obtiveram apenas 20 por cento dos votos de sua categoria. Para o Governo, este "respaldo" basta.

O reflexo chega a Curitiba. Lemos é Chefe do Centro de Saúde há 22 anos, Machado é concursado e Chefe o Posto de Assistência do INAMPS local. Os dois têm o apoio de 15 dos 17 médicos da cidade e são altamente conceituados junto à população. A perseguição a eles se confunde com a tentativa do Governo de compor a futura Diretoria do Hospital Regional do Planalto, um elefante branco inaugurado na administração Bornhausen, mas que até agora não funciona.

INAUGURAÇÃO FRIA

O paquiderme tem 200 leitos e oito salas cirúrgicas. O Hospital Celso Ramos, de Florianópolis,



tem apenas seis salas, embora tenha 255 leitos. Mas a capital tem população quase cinco vezes maior do que Curitiba.

Por que, então, o Governo construiu lá um hospital tão grande? Resposta, perseguição política. O local ideal seria Lages, três vezes maior do que Curitiba, onde há apenas um hospital com 99 leitos e a exigir amplas reformas (nunca possi-

veis por falta de verba). Mas Lages sempre foi reduto oposicionista. Assim, quando o então Secretário da Saúde, Hélio Ortiz, teve que escolher um local para construção do hospital, não hesitou em escolher sua terra natal.

A bomba, é claro, só explode agora. Superdimensionado, precisaria de 100 médicos para entrar em funcionamento. E a Se-

cretaria da Saúde não tem recursos sequer para abrir licitações para equipamentos e nem para pagar pessoal administrativo e para-médico. A inauguração, às vésperas da eleição do ano passado, apesar da pompa e da figuração como uma das seis mil obras do Governo, foi fria. Fita inaugural cortada, dinheiro do povo enterrado.

A SAÍDA DO JOÃO

Com os discursos de todos os Partidos desejando melhores e breve retorno, o Congresso autorizou, no último dia 29 de junho, a viagem do Presidente João Figueiredo aos Estados Unidos "pelo tempo que for necessário". Central de boatos de grande eficiência, Brasília fervilhou durante todo o dia com boatos os mais fantásticos sobre o futuro imediato do País. Talvez por isso os pronunciamentos dos Partidos a respeito tenham tido o tom de "água na fervura". Alguns, considerando normal não apenas que o Presidente se afaste, mas também que, durante este tempo, se por qualquer motivo o Vice tiver que se afastar, assumirá normalmente o Presidente da Câmara, Flávio Marçílio. A verdade é que, embora o país não esteja exatamente numa situação que possa ser chamada de normal, também não está numa situação de penúria institucional tão grande que o Presidente não possa ir ali fora e voltar para o mesmo posto. Ou ainda: que não possa ser substituído sem retrocessos se não puder voltar. Pelo menos é isso que a nação espera.

O APERTO E O OURO

Um sintoma da crise econômica que atravessa o País: a classe média já começou a entregar os anéis. E as correntinhas, as medalhinhas, as alianças e até os dentes de ouro. O comércio de ouro 18 prolifera em Florianópolis. A grama está sendo comprada entre quatro e seis mil cruzeiros por comerciantes que crescem de número a cada dia.

Os donos de escritórios de compra de ouro, que distribuem sua propaganda através de volantes no calçadão da Felipe Schmidt, dizem que o movimento aumentou muito do ano passado para cá, numa média que varia de 10 a 20 pessoas procurando cada escritório por dia. Mickey, que está lá oito meses no ramo, conta que no começo quem vendia objetos de ouro eram pessoas pobres. Agora, a classe média também começou a vender suas jóias: — As pessoas chegam aqui e geralmente contam sua novela, seus dramas. Só que não estamos interessados em ouvir os problemas que os levaram a vender suas jóias, diz o comerciante.

Além da crise, outros motivos levam as pessoas a vender seu ouro. "No Natal, relata Alan Jorge Campos, há 17 anos trabalhando no setor, "temos o melhor período do ano, pois a propaganda força as pessoas a consumir e para isto elas precisam de dinheiro". Além disto, na época de férias há uma grande procura por parte dos turistas, "Muitos ficam sem dinheiro para voltar para casa e recorrem a nós".

PREFEITO X FREIRA

Não poupam mais nem freiras caridosas. A irmã Maria Salete Lunardelli foi demitida pelo prefeito de Palhoça, Neri Martins (PDS), apenas porque revelou aos jornais que um surto de hepatite atingiu o município. Administradora do Projeto Esperança, irmã Maria Salete combateu a omissão das autoridades municipais e estaduais e organizou um amplo movimento para erradicar a doença, que atingiu a população em índices alarmantes. Em qualquer lugar do mundo ela seria condecorada. Menos, é claro, em Palhoça, onde foi punida.



MURAL

O Humor da Maioria

